



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2025

(nº 1842/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 1.842

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de dezembro de 2025.



EXM nº 699/2025

Brasília, 10 de novembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 Encaminho, anexos, informações sobre os países e o *curriculum vitae* de **JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Estado, substituta, das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Maria Laura da Rocha, Ministra de Estado das Relações Exteriores substituta**, em 10/11/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 14062813116790119220399016762



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7132512** e o código CRC **B2D1838F** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.001285/2025-09

SEI nº 7130207



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 2163/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 11/12/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7208068** e o código CRC **0D7321A4** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR

Informações pessoais
Informações pessoais

1968 Nascido no Recife, em 30 de novembro de 1968.

Dados Acadêmicos:

1990 Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife.
1994 Instituto Rio Branco, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
1997 Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
2001 Segundo-secretário
2006 Primeiro-secretário
2008 Conselheiro
2013 Ministro de segunda classe
2021 Ministro de primeira classe

Funções:

1996-97 Coordenação de Orçamento e Finanças, assistente
1997-2000 Assessoria de Comunicação Social, assistente
2000-03 Embaixada em Roma, terceiro-secretário e segundo-secretário
2003-06 Embaixada em Caracas, segundo-secretário
2006-09 Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso Nacional, coordenador
2009-11 Consulado-Geral em Buenos Aires, cônsul-geral adjunto
2011-13 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor técnico
2013-14 Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa, coordenador-geral
2014-17 Embaixada em Paris, ministro-conselheiro
2017-19 Embaixada em Santiago, ministro-conselheiro
2019-20 Departamento de Comunicação Social, diretor
2020 Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia, assessor técnico
2020-21 Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional, subchefe
2021-22 Presidência da República, assessor especial
2022- Consulado-Geral em Londres, cônsul-geral

Obra publicada:

2022 José Bonifácio - primeiro Chanceler do Brasil. Brasília, FUNAG, 2008. Segunda edição, 2022.

Condecorações:

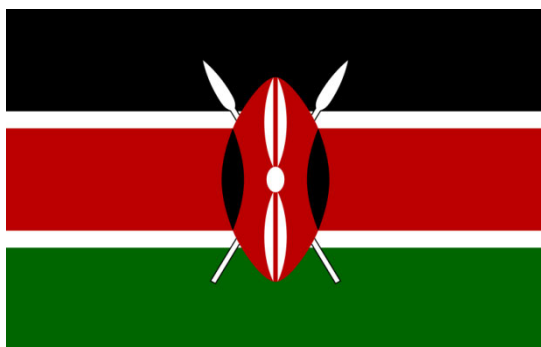
2000 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, oficial
Ordem do Sol, Peru, cavaleiro
2004 Ordem do Mérito, Itália, cavaleiro

2019	Medalha Exército Brasileiro
2019	Ordem do Mérito Aeronáutico, comendador
2019	Ordem de Rio Branco, grande oficial
2021	Medalha Amigo da Marinha
2021	Medalha Mérito Tamandaré
2025	Ordem do Mérito Naval, grande oficial



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA DO QUÊNIA



OSTENSIVO
Novembro de 2025

ÍNDICE

REPÚBLICA DO QUÊNIA.....	1
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
HISTÓRIA	4
GERAL	6
RELAÇÕES BILATERAIS.....	7
Visitas e Encontros	7
COMISTA E CONSULTAS POLÍTICAS.....	7
COOPERAÇÃO BILATERAL.....	8
Cooperação Técnica	8
Cooperação entre Academias Diplomáticas	9
Cooperação em Educação.....	9
Cooperação em defesa.....	9
Cooperação em Saúde	10
Cooperação Humanitária	10
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	11
ACORDOS.....	12
TEMAS MULTILATERAIS.....	13
Missão Multinacional das Nações Unidas no Haiti	13
Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.....	14
Coalizão para Alimentação Escolar	14
II Diálogo Brasil-África	14
Reforma do CSNU.....	14
Temas ambientais	15
POLÍTICA INTERNA.....	16
ECONOMIA	16
POLÍTICA EXTERNA	16
DADOS BÁSICOS	18
DADOS ECONÔMICOS	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	21

PERFIS BIOGRÁFICOS



WILLIAM KIPCHIRCHIR SAMOEI ARAP RUTO – *Presidente da República*. Nascido em 1966 (58 anos), é formado em biologia pela Universidade de Nairóbi, onde também realizou mestrado e doutorado em ecologia vegetal. Foi deputado por três mandatos (1997-2013), ministro da Agricultura (2008-2011), ministro da Educação Superior (2011-2013) e vice-presidente (2013-2022). É presidente do Quênia desde 2022, tendo ocupado o cargo de vice-presidente de 2013 a 2022. É considerado uma das principais vozes da África em matéria ambiental e de mudança do clima. Em 2024, a revista norte-americana Time incluiu-o na lista de pessoas mais influentes do mundo na área de ação climática.



MUSALIA MUDAVADI – *Ministro dos Negócios Estrangeiros*. Exerce função semelhante à de ministro da Casa Civil (Prime Cabinet Secretary) desde outubro de 2022 e de chanceler desde outubro de 2023. Foi vice-presidente (2002) e vice-primeiro-ministro (2008-2012). Representou o presidente Ruto na cerimônia de posse do presidente Lula, em janeiro de 2023. Graduou-se em economia agrária pela Universidade de Nairóbi.



ANDREW KARANJA – *Embaixador do Quênia em Brasília*. Nasceu em 26/4/1962, em Kiambu. Graduou-se em Agronomia pela Universidade de Nairóbi e é PhD em Economia pela Universidade de Wageningen (Países Baixos). Iniciou sua carreira no setor público em 1987 como analista e tutor em agricultura junto ao Instituto Embu. Trabalhou como pesquisador em economia agrícola na Fundação de Pesquisa em Café (1991-2002), como chefe de projetos para o Banco Mundial, em Nairóbi (2003-2014) e como consultor independente (2015-2024). Por um breve período, foi ministro da Agricultura do Quênia (ago-dez 2024), antes de ser designado embaixador em Brasília.

HISTÓRIA

No final do século XIX, com a expansão colonial das grandes potências europeias, o Quênia tornou-se protetorado britânico, recebendo número significativo de colonos ingleses. No século seguinte, o domínio europeu passou a ser contestado pelo emergente nacionalismo africano. Nos anos 40, o futuro Presidente do Quênia, Jomo Kenyatta fundou a Federação Pan-Africana juntamente com Hastings Banda (posteriormente Presidente do Malawi) e Kwame Nkrumah (depois Presidente de Gana).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o impulso pela libertação colonial ressurgiu com vigor redobrado, fomentado pela participação de contingentes africanos nos exércitos das metrópoles, o que lhes trouxe uma nova consciência política e destreza no uso de armas. Em 1944, formou-se a União Africana Queniana, o KAU (Kenya African Unity), principal organização política expoente das novas tendências, presidida a partir de 1947 por Kenyatta.

A rebelião dos Mau-Mau, iniciada em 1953 e derrotada em 1956, teve consequências decisivas para o futuro do país. Depois da revolta, começaram a ser formuladas as primeiras propostas concretas de uma reestruturação política radical da colônia. Em 1960, o Governo britânico patrocinou uma conferência em Londres, onde, com a participação das lideranças quenianas, foram traçadas as linhas mestras da constituição do futuro Estado independente.

Jomo Kenyatta, a quem fora atribuída a liderança da revolta Mau-Mau, esteve preso de 1953 a 1961. Ao ser posto em liberdade, assumiu a chefia da União Nacional Africana do Quênia, o KANU (Kenya African National Unity), partido constituído em 1960 para substituir o antigo KAU. O KANU foi vitorioso nas eleições realizadas em 1963, tendo Kenyatta como Primeiro-Ministro. Em 12 de dezembro de 1963, a independência foi proclamada formalmente e, em 1964, o Quênia tornou-se uma república, com Kenyatta como seu primeiro presidente. O único partido opositor, a União Africana Democrática do Quênia, o KADU (Kenya African Democratic Union), incorporou-se ao KANU, o que fez com que o Quênia se transformasse num Estado de partido único.

Jomo Kenyatta foi reeleito duas vezes e permaneceu no poder de 1964 a 1978, ano de sua morte aos 82 anos. O Quênia experimentou, durante essa fase, estabilidade e prosperidade superiores às de outros países africanos recém-independentes, sem que ocorressem rupturas institucionais ou movimentos secessionistas. Foi sucedido por Daniel Arap Moi, presidente entre 1978 e 2002.

Em 2002, o primeiro candidato da oposição a triunfar em pleito presidencial desde a independência, Mwai Kibaki, expressou, em sua campanha eleitoral, compromisso com a realização de reforma constitucional, pela qual ficaria assegurada a nomeação de representantes de todos os grupos étnicos para cargos públicos. O descumprimento parcial dessa promessa gerou tensões que levaram à dissolução da coalizão no poder e à derrota do governo no referendo constitucional de novembro de 2005.

Em 2007, a campanha presidencial desenvolveu-se em ambiente de contestação e polarização étnica. Atrasos na divulgação dos resultados, que indicaram a reeleição do então presidente Mwai Kibaki, e a contestação pelo candidato derrotado Raila Odinga, que acusou seu oponente de fraude eleitoral, levaram à eclosão de confrontos que resultaram em cerca de 1.200 mortos e quase 300 mil deslocados internos.

Solução para a crise foi alcançada apenas em 2008, quando foi assinado acordo de conciliação entre Kibaki e Odinga, facilitado por lideranças africanas chefiado pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Anan. O acordo determinou a criação de governo de coalizão, com Kibaki como chefe de Estado e Odinga como primeiro-ministro. O processo de pacificação do país culminou na adoção de nova Constituição, aprovada em referendo popular em 2010.

Em 2010, o Tribunal Penal Internacional (TPI) identificou seis quenianos suspeitos de incitar os conflitos étnicos ocorridos após a eleição presidencial de 2007, entre os quais dois importantes políticos e pré-candidatos à Presidência nas eleições de 2013: Uhuru Kenyatta, aliado do então presidente Kibaki, e William Ruto, aliado do PM Odinga.

Os casos contra Kenyatta e Ruto foram arquivados em 2014 e 2016, respectivamente, por falta de provas. A acusação pelo TPI precipitou a formação de aliança eleitoral entre os dois acusados, encabeçada por Kenyatta como candidato a presidente e tendo Ruto como candidato à Vice-Presidência. O maciço apoio da etnia de Ruto (kalejin) foi considerado fundamental para a vitória de Kenyatta nas eleições de 2013.

O início do governo Kenyatta foi marcado pelo recrudescimento da questão securitária. Em retaliação pela participação de tropas quenianas na Missão da União Africana na Somália (AMISOM), o grupo extremista somali "Al-Shabaab" realizou atentados terroristas no Quênia. Em setembro de 2013, ataque ao centro comercial "Westgate", em Nairóbi, vitimou 67 pessoas. Nos meses seguintes, foram realizados ataques em Nairóbi, na cidade costeira de Lamu, em Mombaça

e em Mandera, perto da fronteira com a Somália. Em março de 2015, ataque à Universidade de Garissa, no nordeste do país, resultou na morte de 147 pessoas.

Em 08/08/2017 foram realizadas eleições-gerais. Após apresentação de recurso pelo candidato da oposição, Raila Odinga, a Suprema Corte anulou os resultados e determinou a realização de novas eleições. Em 26 de outubro de 2017, a reeleição de Kenyatta foi confirmada por 54% dos votos. Em março de 2018, o presidente Uhuru Kenyatta e o líder opositorista Raila Odinga mantiveram encontro de reconciliação, em que se comprometeram a trabalhar pela unificação do país. Como consequência, foi estabelecido comitê de diálogo nacional, composto por lideranças religiosas e políticas e representantes de conselhos tribais, com o objetivo de formular propostas para a implementação da agenda de reconciliação.

GERAL

Com PIB nominal de US\$ 120 bilhões, o Quênia tem a mais complexa e diversificada economia da África Oriental. É um dos países de maior crescimento no continente africano, uma das democracias mais maduras da região e um hub para empreendimentos de tecnologia da informação. Tem posição de destaque entre os países africanos em temas multilaterais.

O crescimento econômico queniano (estimado em 4,8% para 2025) oferece oportunidades para que o Brasil amplie e diversifique o comércio bilateral, que atualmente encontra-se próximo a US\$ 90 milhões, muito aquém de seu potencial. O Quênia é porta de entrada para um grande mercado consumidor que inclui também países próximos sem acesso ao mar, como Uganda, Sudão do Sul e Ruanda.

O Quênia se destaca na sub-região por ser considerado polo de estabilidade e de segurança, com instituições sólidas e papel importante nas organizações regionais relevantes, como União Africana (UA), Autoridade Internacional para o Desenvolvimento (IGAD), Comunidade da África Oriental (EAC), Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

Nairóbi é única capital dos países em desenvolvimento a sediar órgãos da ONU de participação universal, abrigando o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Quênia foram estabelecidas em 1964, meses após a independência queniana, em dezembro de 1963. Em 1967, foi aberta missão diplomática brasileira em Nairóbi, elevada à categoria de Embaixada em 1974.

Brasil e Quênia, como grandes países em desenvolvimento e lideranças em suas respectivas regiões, têm desafios domésticos e externos por vezes semelhantes, como a luta contra a pobreza e a desigualdade, a preservação do meio ambiente e o enfrentamento às mudanças climáticas, e uma inserção regional e global no que toca aos temas de paz e segurança.

Visitas e Encontros

A única visita oficial de Chefe de Estado entre Brasil e Quênia foi a do Presidente Lula a Nairóbi em 2010. Em 2012, o presidente Mwai Kibaki esteve no Brasil, como chefe da delegação queniana para a Rio+20.

Em agosto de 2016, o então vice-presidente do Quênia, William Ruto, visitou o Brasil, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O Senhor Presidente manteve encontro à margem da 37ª Cúpula da União Africana (Adis Abeba, 18/2/24) com Presidente do Quênia, William Ruto.

O chanceler Musalia Mudavadi representou o presidente Ruto na cerimônia de posse do presidente Lula, em janeiro de 2023.

Em 16/5/2025, o chanceler Mauro Vieira manteve encontro, em Brasília, com o Ministro das Relações Exteriores e da Diáspora da República do Quênia, Musalia Mudavadi. Na ocasião, foram tratados temas da agenda bilateral e multilateral. Ao término da reunião, foi assinado o MdE em Cooperação para o Turismo.

COMISTA E CONSULTAS POLÍTICAS

A Comissão Mista Permanente de Cooperação Brasil-Quênia foi criada em 2005. Reuniu-se em Brasília, em 2005; e em Nairóbi, em 2008.

O mecanismo de Consultas Políticas foi criado em 2005. Reuniões: I Nairóbi (2008), II Nairóbi (2018), III Brasília (2018), IV (videoconferência), 2021, V Brasília (2025).

A V reunião de consultas políticas ocorreu em 15/05/2025, em Brasília, entre o Secretário de África e Oriente Médio, embaixador Carlos Duarte, e a vice-diretora-geral para Assuntos Políticos e Diplomáticos do Quênia, embaixadora Lucy Kiruthu. A reunião propiciou o aprofundamento da cooperação entre Brasil e Quênia em setores como agricultura, defesa e educação

COOPERAÇÃO BILATERAL

Cooperação Técnica

Os projetos de cooperação técnica com o Quênia são implementados ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica, em vigor desde 1973.

No momento, há dois projetos bilaterais e um projeto trilateral em execução com o Quênia:

- 1) Projeto regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria, do qual também participam Burundi e Tanzânia. Iniciado em 2017, em parceria com a Universidade de Lavras (MG), tem como objetivo aumentar a competitividade da indústria de algodão local. Em janeiro de 2025 foi realizada missão ao Brasil para conhecimento de tecnologias aplicadas em pequenas propriedades produtoras de algodão na região norte de Minas Gerais. Participaram 15 técnicos africanos, sendo 5 de cada país. Entre 21-25 de abril último, no Quênia, foi realizada capacitação em tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas.
- 2) Projeto regional de Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão. Iniciado em 2015, beneficia 15 países africanos. As variedades de algodão solicitadas no âmbito do projeto estão sendo enviadas para países africanos parceiros para que as suas adaptabilidades às condições locais sejam testadas, por meio da criação de unidades técnicas de demonstração.
- 3) Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar (cooperação trilateral com o Programa Mundial de Alimentos - PMA). O Brasil participa do projeto do PMA desde 2009.

Encontra-se em fase inicial o projeto piloto de construção de cisternas em escolas quenianas. O governo do Quênia manifestou interesse no "Programa Cisternas" brasileiro, criado em 2003 e considerado uma "revolução silenciosa",

ao permitir armazenamento de água da chuva no semiárido, com mais de 1 milhão de cisternas construídas ao longo de 20 anos. Em 2024, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou missão prospectiva ao Quênia para elaborar projeto baseado na experiência brasileira. O Quênia possui regiões com padrões climáticos semelhantes (chuvas em períodos curtos e longas estiagens). O modelo não é novidade no Quênia, mas é implementado com tanques de plástico de pouca durabilidade. A tecnologia brasileira, baseada em engajamento comunitário e materiais locais de baixo custo, teria grande potencial de escalabilidade.

Cooperação entre Academias Diplomáticas

Em 2010, foi assinado memorando de entendimento entre as academias diplomáticas brasileira e queniana. No âmbito da cooperação entre academias diplomáticas, diplomata queniano participou do curso de formação do IRBr no ano letivo de 2019. A iniciativa foi renovada em 2022, com a vinda de mais uma jovem diplomata queniana ao IRBr.

Cooperação em Educação

Destaca-se a participação queniana no Programa de Estudantes-Convênio para Graduação (PEC-G). No período 2000-25, 110 estudantes do país foram selecionados para estudar em universidades brasileiras. Em 2024, foram selecionados 12 alunos. No âmbito da pós-graduação, o programa do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, "GCUB-Mob", permitiu que 16 quenianos, desde 2023, realizassem mestrados ou doutorados no Brasil.

Cooperação em defesa

O Brasil recebeu, entre 28/4 a 2/5, visita de delegação do Colégio de Defesa Nacional (NDC) do Quênia, que forma a elite das forças armadas e do governo locais. A delegação, composta por 23 pessoas, participou de atividades no MRE, no Ministério da Defesa, na Escola Superior de Defesa, no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e na EMBRAPA

Cooperação em Saúde

O Brasil executou projeto de cooperação técnica intitulado "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia", de 2009 a 2014, com o objetivo de capacitar técnicos e especialistas da área em capacitação e compartilhar experiências em: formulação de política; prevenção de novas infecções e desenvolvimento de materiais IEC; iniciativas de prevenção de AIDS no local de trabalho; assistência e tratamento; mobilização de organizações não governamentais (ONGs) e de pessoas vivendo com HIV/AIDS (PLWA); e gerenciamento de cadeia de suprimento e logística.

O segmento de equipamentos médicos no Quênia apresenta grande expectativa de crescimento, impulsionado pelo foco crescente do governo em saúde pública. Em 2023, foram aprovadas a Lei de Atenção Primária à Saúde, a Lei de Saúde Digital, a Lei de Financiamento de Melhoria de Instalações e a Lei de Seguro Social de Saúde, com vistas à consecução da meta de universalização da cobertura de saúde no país. Essas reformas representam avanço considerável para o setor de saúde, que tem enfrentado desafios estruturais, e sinalizam ambiente favorável para o aumento da demanda por equipamentos médicos.

O Brasil, por meio da ABIMO, participou, em setembro de 2024, da Medic East Africa 2024, feira e conferência internacional sobre equipamentos e médicos e odontológicos.

Cooperação Humanitária

O histórico da cooperação humanitária do Brasil em benefício do Quênia inclui diversas doações (2009, 2011, 2012 e 2015), em parceria com PMA, ACNUR e UNFPA de alimentos e aportes financeiros para projetos na área de segurança alimentar e em apoio a refugiados somalis instalados no país, que, somados, totalizam USD 5.906.700,76

Em 2020 e 2022, o governo brasileiro fez aportes financeiros para o enfrentamento à COVID-19 que, somados, totalizam USD 150.000,00.

Em 2023, o Brasil doou USD 100 mil para enfrentamento da seca prolongada que afetou o Quênia e para promoção da segurança alimentar e nutricional. Os recursos foram destinados a projeto-piloto de construção de cisternas em escolas das regiões áridas e semi-áridas do país, inspirado na política de construção de cisternas no semiárido brasileiro

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2024, o comércio bilateral foi de US\$ 94,7 milhões (-26%), a quase totalidade de exportações brasileiras (US\$ 92,3 milhões). Principais produtos exportados: açúcar (13%), veículos rodoviários (13%) e ferro-gusa (11%). As importações consistiram de extratos para tingimento (53%), mate (35%) e roupas (6,6%).

Empresas brasileiras. A empresa Marcopolo fornece ônibus para rotas interestaduais no Quênia. A Tramontina possui gerente de vendas no país. Também manifestaram interesse no mercado local as empresas Fame (chuveiros elétricos), FB Exports (eletrodomésticos) e Eurofarma.

Na área de tecnologia de informação, a empresa Positivo BGH, joint-venture entre a brasileira Positivo Informática e a argentina BGH S.A., fornece laptops para escolas locais. Também em parceria com o *Digital Literacy Programme* do governo queniano, a Positivo BGH participou do estabelecimento do projeto do Parque Industrial e Tecnológico de Nairóbi.

Nota-se a crescente presença de startups brasileiras focadas em agricultura, como a ForestFood, fazenda-piloto de agronegócio que emprega a técnica de agricultura sintrópica para produzir frutas e vegetais para o varejo em Nairóbi de forma ecologicamente sustentável.

Missão empresarial. O MRE, em conjunto com o MAPA e a Apex-Brasil enviou missão empresarial a Nairóbi (6-8/12/2023), que reuniu representantes de entidades setoriais e de empresas brasileiras com interesses comerciais e de investimentos no mercado queniano.

ACORDOS

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título	Data de celebração	Status
Acordo de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia.	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia.	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Quênia.	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia.	22/04/1975	Em vigor
Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia	07/03/2005	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia na Área da Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairobi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Acordo entre o Brasil e o Quênia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Emendas ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do	17/03/2009	Em vigor

Quênia para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia"		
Memorando de Entendimento entre o Governoda República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre Promoção de Comércio e de Investimentos	06/07/2010	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	06/07/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto do Serviço Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Quênia	06/07/2010	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governoda República Federativa do Brasil e o Governoda República do Quênia	14/09/2010	Em vigor

TEMAS MULTILATERAIS

Missão Multinacional das Nações Unidas no Haiti

A Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS), desdobrada desde o final de junho de 2024, é liderada pelo Quênia. Além do Quênia, que enviou 700 policiais, policiais de Bahamas, Belize, El Salvador, Guatemala e Jamaica também se uniram à MSS. Nas estimativas da ONU, a violência relacionada à atuação das gangues teria resultado em 5.601 mortes em 2024, mais de mil a mais que no ano anterior.

Em briefing em 8/4, o chanceler Mudavadi reiterou a importância conferida pelo Presidente Ruto à liderança do Quênia na MSS. Reconheceu, não obstante, que as forças lideradas pelo Quênia encontraram "vários desafios significativos".

A decisão do Quênia de liderar a MSS, tomada no final de 2023, provocou intenso debate público e político no país. Organizações sociais locais criticam a missão, argumentando que a crise haitiana requer solução política interna, e não intervenção militar estrangeira.

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza foi lançada em 18 de novembro de 2024, na Cúpula de Líderes do G20 no Rio de Janeiro. A iniciativa conta, hoje, com 180 membros, incluindo 93 países, além de organismos internacionais, instituições financeiras, fundações filantrópicas e ONGs.

O Conselho de Campeões foi instituído em 11 de fevereiro, com Brasil e Espanha assumindo a copresidência. O Quênia foi membro fundador da Aliança Global e faz parte do Conselho de Campeões.

Coalizão para Alimentação Escolar

A Coalizão foi criada em 2021, na esteira da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares (UNFSS) e conta hoje com cerca de 108 Estados membros, inclusive o Quênia. O Quênia sediou a segunda reunião ministerial da Força-Tarefa da Coalizão para Alimentação Escolar em Nairóbi, em outubro de 2024.

A 2ª Cúpula Global da Coalizão de Alimentação Escolar foi realizada em Fortaleza, Brasil, nos dias 18 e 19 de setembro de 2025.

II Diálogo Brasil-África

A República do Quênia participou do II Diálogo Brasil-África II sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, 20-22/5/2025), sendo representada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Moses Masika Wetang'ula. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MAPA e o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Pecuário (MALD) da República do Quênia. O documento foi assinado entre o ministro Carlos Fávaro e o embaixador do Quênia, Andrew Karanja.

Reforma do CSNU

O presidente Ruto defende a necessidade de reforma do CSNU e da arquitetura financeira internacional. Em sua visão, o sistema multilateral tem falhado diante das crises globais, como a mudança do clima, os conflitos armados e o agravamento das desigualdades.

O Quênia se associa à Posição Comum Africana, que propõe a expansão do CSNU em ambas as categorias, com dois assentos permanentes e dois não permanentes adicionais para a África. Além disso, também é membro do C-10, comitê formado no âmbito da União Africana para a defesa da Posição Comum Africana. O país manifestou interesse em ocupar assento permanente no CSNU. Não se manifestou explicitamente em relação à aspiração brasileira.

Temas ambientais

Desde a década de 1970, o Quênia projeta-se como liderança na diplomacia ambiental, em especial por ser sede do PNUMA. Parte dessa trajetória ocorreu no Brasil, durante a Conferência Rio+20, com apoio da diplomacia brasileira, que atuou de forma decisiva junto ao G77+China para contrarrestar tentativas de enfraquecimento do PNUMA.

O Presidente Ruto criou feriado nacional (13 de novembro) dedicado ao reflorestamento, no âmbito de ambicioso projeto nacional que prevê o plantio de 15 bilhões de árvores até 2032.

Ruto tem se equilibrado entre a visão do Sul Global e um discurso que não confronte os países desenvolvidos. Seu foco tem sido nas oportunidades de investimento, e não na compensação.

Em seu esforço de projetar-se como liderança africana em temas ambientais e climáticos, o governo de Ruto organizou a Primeira Cúpula do Clima na África (Nairóbi, 4-7/9/23), reunindo 17 Chefes de Estado africanos. A Declaração de Nairóbi, emanada da Cúpula, foi o primeiro documento com posições coordenadas sobre o clima aprovado por lideranças africanas.

POLÍTICA INTERNA

Em 2022, William Ruto foi eleito presidente. Introduziu políticas de austeridade que visavam a reduzir a dívida nacional e aumentar a arrecadação, afetando a população mais pobre, que já sofria com a elevação do custo de vida. Em 2024, manifestações populares tiveram início devido à sucessão de medidas tributárias impopulares, dentre as quais o Projeto de Lei de Finanças de 2024/2025. Cedendo à pressão popular, o presidente William Ruto decidiu não sancionar a Lei. Novos protestos, ocorridos em 30/12/2024 contra desaparecimentos forçados, foram reprimidos na capital e em outras cidades do Quênia.

As manifestações populares de 2024 transcenderam as fronteiras étnico-raciais que habitualmente serviram de explicação para as crises políticas do país. A explosão de protestos refletiu preocupação crescente entre os quenianos, sobretudo os mais jovens, com o alto custo de vida, a crise de governança, a corrupção e as crescentes dívida externa e taxa de inflação. O elemento novo da política queniana é a “geração Z” e seu desejo de influenciar políticas públicas.

ECONOMIA

Nos últimos anos, o país consolidou-se como uma das economias com crescimento mais rápido na África. A agricultura é a tradicional espinha dorsal da economia, representando cerca de um quinto do PIB do país, sendo o café, o chá e a horticultura os seus principais produtos de exportação. Porém, aos poucos, o setor dos serviços tem se transformado no principal motor de crescimento do país.

O crescimento anual real do PIB vinha sendo, em média, de cerca de 4,9% desde a crise financeira de 2008 até a pandemia, o que refletia a estabilidade econômica contínua do país e melhorias significativas no seu ambiente de negócios.

POLÍTICA EXTERNA

O Ministério das Relações Exteriores e da Diáspora publicou, em novembro de 2024, documento com as prioridades da política externa queniana para a próxima década.

Os princípios centrais da diplomacia queniana incluem nacionalismo, não intervencionismo, regionalismo, pan-africanismo e multilateralismo, buscando alinhar a ação externa ao plano de desenvolvimento nacional (Kenya Vision 2030), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, à “African Union Agenda

2063” e à “East African Community Vision 2050”. Além disso, o arcabouço normativo da diplomacia queniana estrutura-se em torno de quatro pilares fundamentais: a posição como maior e mais avançada economia do Leste da África; a projeção internacional trazida por sediar importantes órgãos internacionais, como ONU-Habitat e PNUMA; as credenciais ambientais trazidas por sua matriz elétrica 90% renovável; seu histórico democrático e pacífico, em país étnica, cultural e religiosamente diverso.

O país compromete-se a continuar participando de operações de paz, missões de mediação e esforços de diplomacia preventiva.

No campo da diplomacia econômica e comercial, destaca-se a busca pelo fortalecimento do Quênia como hub econômico africano, ampliação das exportações, atração de investimentos e diversificação de parcerias. Nesse último ponto, destaca-se a menção nominal do Brasil, acompanhada de outras economias emergentes, tais quais Índia, Indonésia, Turquia, Catar e EAU, como parceiros junto aos quais convém fortalecer os laços econômicos e comerciais. Ademais, o Quênia estabelece como central a implementação do “Acordo de Zona de Comércio Livre Continental Africana” (AFCFTA).

No campo da “governança global e multilateralismo”, o Quênia estabelece sua posição de defesa de reformas na arquitetura internacional, maior representação africana em organismos multilaterais e fortalecimento do multilateralismo.

DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Quênia
GENTÍLICO	Queniano, queniana
CAPITAL	Nairóbi
ÁREA	580,367 km ² (equivalente ao estado de Minas Gerais)
POPULAÇÃO	53.43 milhões (2024 est. BM)
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês, kiswahili e suaíli
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã 85,5% (protestantes 47,7%, católicos 23,5%); islâmica 10,9%; tradicionais 1,8%; outras 1,6%
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Senado com 68 assentos em mandatos de 5 anos, e Assembleia Nacional com 350 assentos em mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	William Ruto (desde 2022)
CHEFE DE GOVERNO	William Ruto (desde 2022)
CHANCELER	Musalia Mudavadi (desde outubro de 2023)
PIB NOMINAL (US\$)	US\$ 120,9 bilhões (FMI, 2024)
PIB PER CAPITA (US\$)	US\$ 2,31 mil (FMI, 2024)
VARIAÇÃO DO PIB	4,5% (2024); 5,5% (2023); 4,8% (2022); 7,6% (2021); -0,3% (2020); 5,6% (2019); 6,0% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	IDH médio 0,601 (146º) (fonte: PNUD, 2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,4 anos (2024)
ALFABETIZAÇÃO	82,88% (2024)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,7% (2024)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano (USD 1 = KES 129,25, em 5/11/2025)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Andrew Karanja (agrément em 18/03/2025, credenciais em 20/10/2025)
EMBAIXADOR EM NAIRÓBI	Embaixador indicado: João Alfredo dos Anjos (agrément em 31/10/25, aguarda sabatina).

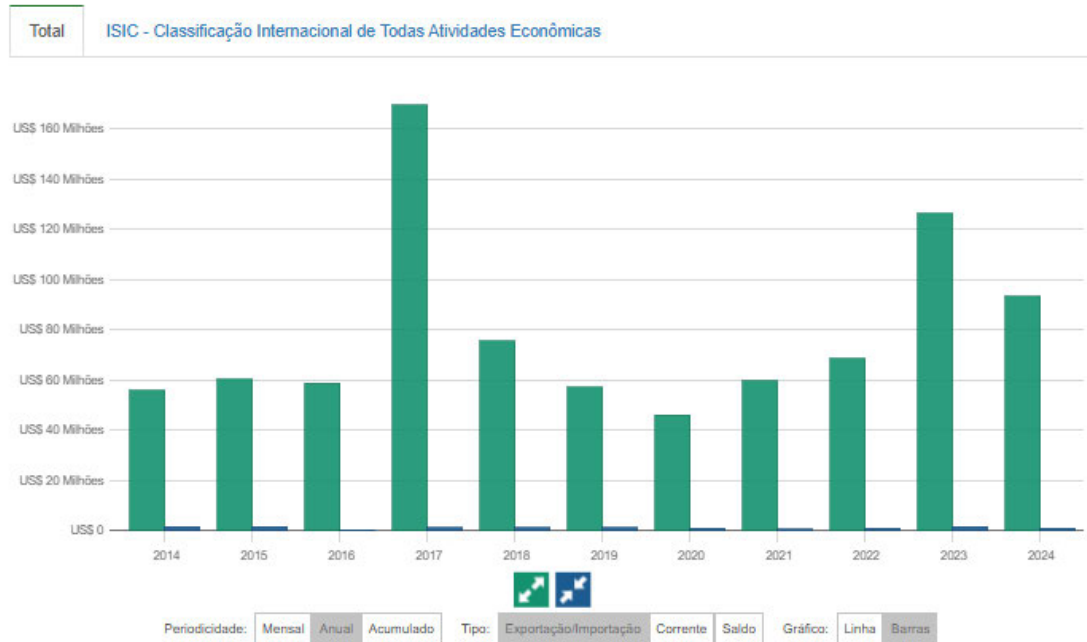
DADOS ECONÔMICOS

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Quênia

Jan / 2025 2024



Série histórica - Parceiro: Quênia

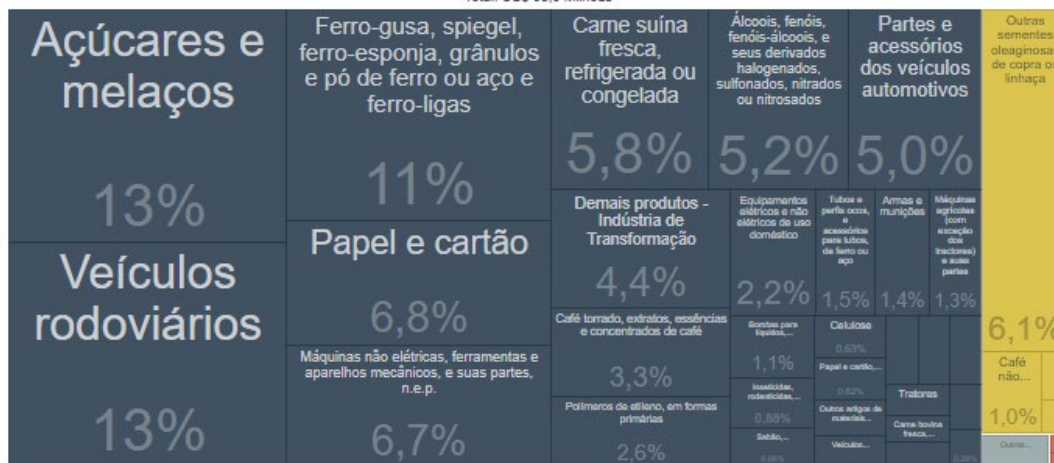


*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Quênia

Jan / 2025 2024

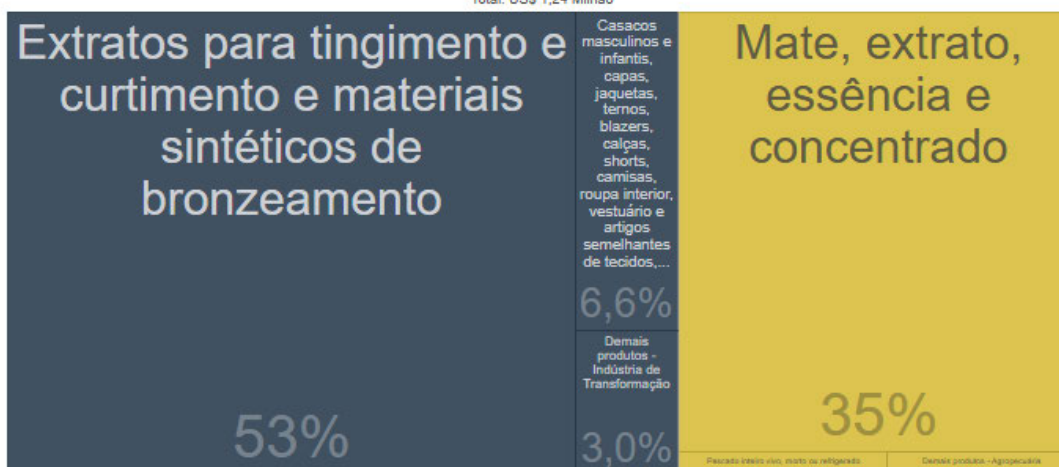
Total: US\$ 93,5 Milhões



Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Quênia

Jan / 2025 2024

Total: US\$ 1,24 Milhão



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2024 – Presidente Lula se encontra com seu homólogo queniano, William Ruto, à margem da 37ª Cúpula da União Africana em Adis Abeba (fevereiro)
2023 - Participação do ministro da Casa Civil do Quênia, Musalia Mudavadi, na cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro)
2021 - Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Quênia, por videoconferência
2020 – Visita de delegação parlamentar queniana ao Brasil (março), interessada em temas agrícolas
2019 – Visita de missão parlamentar queniana ao Brasil outubro, para conhecer a experiência brasileira em descentralização administrativa, gerenciamento de desastres, eleições por voto eletrônico e combate à corrupção
2018 – Realização da III Reunião de Consultas Políticas, por ocasião da visita do secretário para Assuntos Políticos e Diplomáticos do Quênia, embaixador Tom Amolo, ao Brasil (julho)
2018 - Realização da II Reunião de Consultas Políticas, por ocasião da visita ao Quênia do subsecretário-geral para África e Oriente Médio, embaixador Fernando Abreu (abril)
2015 – O vice-presidente do Quênia William Ruto visita o Brasil, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (agosto)
2015 – O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, participa da X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Nairóbi (15 a 18 de dezembro)
2013 – Presidente Dilma Rousseff encontra-se com o presidente Uhuru Kenyatta à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana
2012 – Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20 (junho)
2012 – O Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia, por meio do Programa Mundial de Alimentos – PMA (maio)
2011 - Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar possibilidades de cooperação
2010 – Chanceler queniano Moses Wetang'ula visita o Brasil (setembro)
2010 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi, a primeira de um chefe de estado brasileiro ao Quênia.
2010 – Visita ao Brasil de parlamentares quenianos e de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia (março)
2009 – Missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos (setembro)
2008 – Visita ao Brasil de ministra queniana da área social (agosto)
2008 – I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Quênia
2008 – II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi
2007 – Visita da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia
2006 – Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil
2006 – Abertura da Embaixada do Quênia em Brasília
2005 – Assinatura de memorando de entendimento que estabelece o Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Quênia

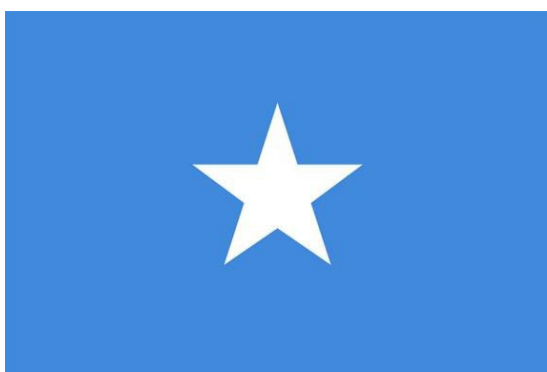
2005 – Assinatura de Acordo de Cooperação Esportiva
2005 – Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília
2005 – Viagem do chanceler Celso Amorim ao Quênia
2001 – Brasil doa medicamentos antirretrovirais ao Quênia
1995 – Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil
1992 – Presidente Daniel Arap Moi visita o Brasil (Rio-92)
1975 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil
1974 – Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada
1973 – Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica
1973 – Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural
1973 – Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia
1967 – Brasil cria missão diplomática em Nairóbi
1964 – Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA



OSTENSIVO Novembro de 2025.

ÍNDICE

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA.....	1
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
HISTÓRIA	4
GERAL	5
RELAÇÕES BILATERAIS.....	6
COOPERAÇÕES BILATERAIS	7
Cooperação em Educação.....	7
Cooperação Humanitária	7
COMÉRCIO BILATERAL.....	8
TEMAS MULTILATERAIS.....	Erro! Indicador não definido.
POLÍTICA INTERNA.....	8
Missões de Paz	9
ECONOMIA.....	9
POLÍTICA EXTERNA	10
DADOS ECONÔMICOS	14
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	16

PERFIS BIOGRÁFICOS



HASSAN SHEIKH MOHAMUD- *Presidente.* Nasceu em 29 de novembro de 1955. É o líder do partido União para a Paz e o Desenvolvimento, que detém a maioria dos assentos nas duas câmaras legislativas. É considerado liderança política de tendência conciliadora. Atua também como liderança da sociedade civil, em especial em temas de educação. Foi um dos fundadores da Universidade SIMAD de Mogadíscio, na qual foi professor e reitor. Durante a campanha, o principal objetivo do programa de governo de Mohamud foi reparar as relações entre o governo federal e os governos dos estados federados, para que “uma Somália pacífica contribua para um mundo pacífico”.

Para tal, prometeu formar governo inclusivo. Fala somali e inglês.



HAMZA ABDI BARRE – *Primeiro-Ministro.* Nascido em 1972, formou-se na Universidade Islâmica de Medina e concluiu mestrado na Universidade Internacional da Malásia. Antes de sua carreira política, atuou como professor universitário e diretor da Comissão Eleitoral de Jubalândia. Em junho de 2022, foi nomeado primeiro-ministro pelo presidente Hassan Sheikh Mohamud. Desde então, suas principais prioridades têm sido a estabilização política, o combate ao grupo extremista Al-Shabaab e a reconstrução econômica da Somália. Hamza é associado ao partido União pela Paz e

Desenvolvimento (UPD).



ABDISALAM ABDI ALI – *Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional.* Nomeado chanceler da Somália em 27/04/2025. Até então, ocupava o cargo de segundo vice-primeiro-ministro da Somália desde outubro de 2024. Anteriormente, foi ministro das Obras Públicas, Reconstrução e Habitação e vice-ministro de Obras Públicas.

HISTÓRIA

Com a partilha da África pela Conferência de Berlim, em 1884, a região da Somália foi dividida em zonas de influência britânica, italiana e etíope. Grã-Bretanha, Itália e França denominaram seus domínios no Chifre da África como "Somalilândia". A Somalilândia francesa teve processo de independência à parte e deu origem à República do Djibuti. A atual República da Somália, formada em 1960, foi composta pela junção dos antigos domínios britânico e italiano.

Apesar de, inicialmente, a República da Somália ter sido considerada modelo de transição pós-colonial democrática, o projeto nacionalista republicano não logrou superar as divisões internas de poder. Em 1969, o então comandante do Exército, general Siad Barre, encabeçou golpe de Estado. Com apoio das Forças Armadas, Barre manteve-se no poder entre 1969 e 1991.

Em 1991, Barre foi deposto por uma aliança composta por vários grupos. Teve início prolongada guerra civil que desorganizou a produção agrícola somali e causou sucessivas crises de fome. Ainda em 1991, a região da República da Somália denominada Somalilândia (norte e noroeste do país) autodeclarou-se independente, apesar de não ser reconhecida por nenhum país. No centro-sul, região mais povoada, onde a atuação de múltiplas milícias levou a fragmentação política, foi constituída a União das Cortes Islâmicas (UCI), com ideologia ligada ao fundamentalismo islâmico.

Em 2007 foi criada a Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e, com o apoio de Washington, tropas etíopes invadiram o território somali em apoio ao fragilizado Governo Federal de Transição (GFT). A intervenção estrangeira deu início a conflito que resultou na derrota da UCI em 2009.

Após a retirada das tropas etíopes em 2009, o esfacelamento da UCI deu origem a grupos opositores, com ideologia radical. Dentre esses, destacavam-se as facções Al-Shabaab ("Juventude") e Hizbul Islã ("Partido do Islã"), ambas de viés fundamentalista islâmico e pan-somalista. Em 2010, o Al-Shabaab obteve vitória militar sobre o Hizbul Islã, incorporando seus territórios e militantes.

A partir de 2012, a Somália entrou em uma nova fase política com a promulgação de nova constituição e criação do Governo Federal.

O governo de Hassan Mohamud, eleito indiretamente em 2022, priorizou o combate ao Al-Shabaab, intensificando operações militares com apoio internacional. Apesar das constantes ameaças à segurança, houve avanços importantes, como o fortalecimento das Forças Armadas, a preparação para a

retirada gradual da missão da União Africana (agora substituída por uma missão de transição, ATMIS) e maior engajamento com a comunidade internacional.

GERAL

Embora perceba-se relativo progresso na construção de governabilidade, a Somália permanece politicamente frágil e dependente de ajuda externa e de remessas da diáspora somali. A base fiscal do governo é limitada, com a mobilização de recursos internos representando apenas 2,8% do PIB em 2023. Em março de 2024, os credores oficiais da Somália no Clube de Paris negociaram um acordo multilateral comprometendo-se a cancelar US\$ 1,2 bilhão da dívida. No fim de 2024, o governo da Somália apelou pelo adiamento da partida das forças da missão de transição da União Africana (ATMIS), prevista para concluir-se até 31 de dezembro de 2024. A posição do governo foi movida por preocupações crescentes com um vácuo de segurança e com a ameaça representada pelo Al-Shabaab.

Os modestos progressos que se seguiram às eleições presidenciais indiretas, em maio de 2022, abriram caminho à adesão do país à Comunidade da África Oriental (EAC), em dezembro de 2023, após anos de negociações. Desde 2022, a Somália tem dado sinais de transição de um "Estado falido" para um "Estado frágil". Essa mudança seria atribuída ao sucesso parcial na contenção do grupo militante islâmico, a melhoria das relações entre o governo federal, entidades regionais e clãs, e avanços na institucionalização do poder.

Outro elemento que não pode ser sublimado são os efeitos da pior seca enfrentada pela Somália nas últimas quatro décadas, entre 2021 e 2023, resultando numa crise alimentar dramática para 7,9 milhões de pessoas - cerca de metade da população do país. A seca também dizimou os meios de subsistência, especialmente os do setor agropastoril. Mais de 3,5 milhões de cabeças de gado morreram, o equivalente a um terço do total do país. Isto levou a deslocamentos significativos da população e migração desordenada para áreas urbanas.

O Al-Shabaab continua a atuar em território somali. De 3 a 7 de dezembro de 2024, lançou uma série de ataques em Lower Shabelle, matando 27 pessoas. Em resposta, houve ataque de drones dos EUA em 24/12/24 contra instalações do Al-Shabaab.

Em 27/12/24, o CSNU aprovou a resolução 2767 que autoriza o funcionamento de nova missão de paz na Somália, a Missão da União Africana para Apoio e Estabilização da Somália (AUSSOM). A missão teve início em

1/1/2025 e visa a dar apoio às forças somalis no combate ao Al-Shabaab, promover a estabilização da Somália e permitir a entrada de ajuda humanitária.

Em sessão de 3/3/2025, o CSNU adotou, por unanimidade, a resolução 2776 (2025), que renova o regime de sanções ao grupo Al-Shabaab, da Somália. O CSNU prorrogou autorização para os Estados Membros interceptarem navios que transportem artigos proibidos de e para a Somália, incluindo importações ilegais de armas até 13 de dezembro de 2025.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Embaixada do Brasil na Somália, residente em Nairóbi, foi criada em fevereiro de 1987. Em 2004, a representação do Brasil junto à Somália foi transferida para a Embaixada do Brasil no Cairo e, em 2016, voltou a ser exercida, cumulativamente, pela Embaixada do Brasil no Quênia. A representação da Somália junto ao Governo brasileiro é feita pela Missão Permanente daquele país junto às Nações Unidas, em Nova York.

Avanços no processo de paz somaliano registrados desde 2012, como aprovação de Constituição provisória, formação de novo Parlamento e eleição presidencial, permitiram a renovação gradual da inserção internacional do país, contexto em que Brasil e Somália passaram a buscar estreitar laços.

No plano multilateral, o governo brasileiro tem sublinhado a importância de que a comunidade internacional siga comprometida não apenas com o combate ao grupo extremista Al-Shabaab, mas também com a consolidação da paz e o desenvolvimento socioeconômico da Somália.

O Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Contato para o Combate à Pirataria nas Imediações da Costa da Somália, bem como das Conferências de Londres (fevereiro de 2012) e de Istambul (junho de 2012) sobre a Somália, ocasiões em que defendeu a solução política para o conflito e o protagonismo do governo e da população somalianos na formulação e condução das políticas de desenvolvimento do país.

A Somália participou do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, 20-22/5/2025), sendo representada pela Ministra da Agricultura e Irrigação, Zahra Yusuf Ige.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Não há registro de projetos de cooperação técnica entre Brasil e Somália, nem acordo de cooperação técnica entre os dois países.

Em 19/09/2025, o diretor da Agência Brasileira de Cooperação, embaixador Ruy Pereira, reuniu-se com o ministro da Educação, Cultura e Ensino Superior da Somália, Sr. Farah Sheikh Abdulkadir. Na ocasião, o ministro observou que o setor da educação vem apresentando melhoras consecutivas há 10 anos. O ministro ressaltou a importância da cooperação brasileira nas áreas de educação, saúde, alimentação e outros. O diretor da ABC avaliou que a concretização da cooperação entre os dois países deveria configurar, mais do que apenas um projeto, um amplo programa de cooperação.

Cooperação em Educação

Em 2023, foram selecionados, no âmbito do programa GCUB de Mobilidade Internacional (GCUB-Mob), 34 candidatos (19 burundeses, 13 quenianos e dois somalis) e, em 2024, outros 14 candidatos (sete burundeses, três quenianos, dois ugandeses e dois somalis), para cursos de mestrado e doutorado em instituições brasileiras. O GCUB-Mob é promovido pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras com apoio do Instituto Guimarães Rosa/MRE, da Comissão Nacional da UNESCO, da "Agence Universitaire de la Francophonie" (AUF) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). A iniciativa tem favorecido o estabelecimento de vínculos acadêmicos duradouros e o fortalecimento da influência científica e cultural brasileira na África Oriental.

Cooperação Humanitária

Em 2010, o Brasil realizou doações no valor de US\$ 300 mil à Somália, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional da população local.

Em 2011, realizou doação de US\$ 100 mil ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), para atividades na região do Chifre da África, assim como US\$ 900 mil, via Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atividades humanitárias no país e ações de apoio aos refugiados

somalis. Em 2012, destinou US\$ 100 mil a ações de cooperação humanitária do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Somália.

Em 2011 e 2012, o Brasil realizou doação de mais de 65 mil toneladas de alimentos à Somália, no valor de US\$ 22 milhões.

Registra-se, em 2020, aporte financeiro, em apoio ao enfrentamento à COVID-19, no valor de USD 50.000,00.

COMÉRCIO BILATERAL

Em 2024, o comércio bilateral foi de US\$ 154,1 milhões (-11,8%), sendo US\$ 154,1 milhões de exportações e US\$ 10,4 mil de importações. Os principais produtos brasileiros importados pela Somália foram açúcares e melações (93,1%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis (6%) e artigos de confeitaria (0,7%). Os principais produtos somalis importados pelo Brasil foram pescado inteiro (43,4%); óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (37,6%) e geradores elétricos e suas partes (19%).

POLÍTICA INTERNA

A política interna da Somália funciona sob um sistema federal parlamentarista, estabelecido pela Constituição Provisória de 2012. O país é oficialmente uma república federal, composta por vários estados regionais autônomos. A autoridade central é o Governo Federal da Somália, sediado na capital, Mogadíscio.

Eleições nacionais diretas nunca foram organizadas. Desde 2012, as eleições têm sido indiretas: os representantes populares são escolhidos não pelo voto de cada eleitor somali, mas a partir da deliberação dos clãs, que selecionam delegados para votar em nome de suas comunidades.

O poder executivo é liderado pelo presidente da República, que atua como chefe de Estado, e pelo primeiro-ministro, que é o chefe de governo. O presidente é eleito pelo Parlamento Federal e tem funções principalmente cerimoniais, embora nomeie o primeiro-ministro e tenha o comando das forças armadas. O primeiro-ministro, por sua vez, lidera o gabinete e é responsável pela administração cotidiana do governo.

O poder legislativo é exercido por parlamento bicameral, composto pela Câmara Alta (Senado) e pela Câmara do Povo.

A situação de segurança na Somália é precária, em decorrência da fragilidade do estado e do conflito interestatal, fenômenos iniciados em 1991, com a queda do regime de Siad Barre. Desde 2007, o principal grupo armado em atuação no país é o Al-Shabab. A insegurança é agravada pela competição entre o Governo Federal da Somália e diversos governos dos estados federados.

Missões de Paz

Em 2007, foi autorizada a criação da AMISOM ("African Union Mission in Somalia") pelo CSNU e pelo Conselho de Paz e Segurança da UA, contando com mais de 20.000 agentes.

Em 2013 foi estabelecida a missão política especial, UNSOM ("United Nations Assistance Mission in Somalia"), visando contribuir para os processos políticos e eleitorais, como a organização de eleições.

Ao adotar a resolução 2767, em 27/12/2024, o CSNU autorizou o Conselho de Paz e Segurança (CPSUA) e os estados-membros da União Africana (UA) a "tomar todas as medidas necessárias" para instituir nova operação de manutenção da paz sob a égide da UA na Somália, denominada Missão de Apoio e Estabilização da UA na Somália (AUSSOM, na sigla em inglês), a partir de 01/01/2025, em substituição à Missão de Transição da UA na Somália (ATMIS), cuja autorização expirou em 31/12/2024. O contingente da AUSSOM será formado exclusivamente por militares e policiais cedidos por estados-membros da UA. A atuação da AUSSOM tem duração inicial de doze meses, de 1º/1/2025 a 31/12/2025. No momento, a AUSSOM enfrenta grave déficit orçamentário de 96 milhões de dólares. A situação se agravou após cortes no financiamento por parte da União Europeia e dos Estados Unidos.

ECONOMIA

Mais de 70% da população economicamente ativa da Somália dedica-se à agricultura, ao pastoreio e, em menor medida, à pesca, o que torna o desempenho da economia somali altamente dependente das condições climáticas. Em 2011, quando a Somália foi afetada por seca severa, houve forte declínio da produção nacional de alimentos, mobilizando esforço de ajuda humanitária por parte da comunidade internacional.

A Somália possui a mais extensa costa do continente africano, com cerca de 3 mil quilômetros e, especula-se, com valiosos recursos minerais, como petróleo e gás. Em agosto de 2013, a Somália assinou seu primeiro acordo na área de exploração do petróleo, por meio do qual um grupo britânico (o Soma Oil & Gas) encarregou-se de conduzir pesquisa sísmica no território somali e em sua plataforma continental. Em setembro do mesmo ano, a Genel Energy, companhia turco-britânica que tinha expectativa de explorar petróleo na Somalilândia, interrompeu suas atividades, alegando deterioração da situação de segurança.

No que concerne ao comércio exterior, a Somália é ainda país de pouca expressividade, apesar de sua localização estratégica para os fluxos mundiais de comércio. Animais vivos (espécies ovina, caprina e bovina) constituem importantes itens da pauta de exportações da Somália, representando 40% do total.

POLÍTICA EXTERNA

A Somália desenvolve política externa que se confunde com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país. Fator chave para a evolução político-institucional ocorrida na Somália nos últimos anos foi a considerável melhoria na situação de segurança, tornada possível pelo maior engajamento da comunidade internacional no país,

Os Estados Unidos fornecem apoio ao governo somali no combate ao Al-Shabab. Desde 2008 o grupo é considerado como terrorista pelos EUA. Operações ofensivas conjuntas EUA-Somália contra o grupo são frequentes, sobretudo com o uso de drones.

Somalilândia A Somalilândia foi um protetorado britânico (1888-1960) que se tornou independente em 26/6/60, mas optou por se integrar à República da Somália (1/7/1960). Em 1991, a Somalilândia declarou unilateralmente sua independência. A Somália não reconhece a secessão e considera a Somalilândia como região autônoma. Até o momento, nenhum país ou organismo internacional reconheceu a independência da Somalilândia.

Em 2/1/2024, a Etiópia assinou um Memorando de Entendimento (MdE) com a “República da Somalilândia”, causando aumento de tensões na região. De acordo com o MdE, a Etiópia arrendaria zona costeira da Somalilândia para a instalação de base militar e porto comercial; e a Somalilândia receberia participação acionária na Ethiopian Airlines. A ação foi vista como tentativa da

Somalilândia de obter o reconhecimento de sua independência pela Etiópia, que seria o primeiro país a fazê-lo.

Do ponto de vista etíope, o MdE franquearia ao país acesso ao mar. A Etiópia perdeu sua saída para o mar em 1993, após a independência da Eritreia. Atualmente, 95% do comércio internacional da Etiópia passa pelo Djibuti.

O anúncio da assinatura do MdE Etiópia-Somalilândia gerou imediata reação do governo da Somália. O presidente somali, Hassan Sheikh Mohamud, afirmou na ocasião estar “pronto para a guerra”. O Parlamento da Somália aprovou lei que considera o MdE Etiópia-Somalilândia como “nulo e sem efeito”.

A relação entre Somália e Etiópia melhorou em dezembro de 2024, após reunião entre o presidente da Somália, Hassan Sheikh Mohamud, e o PM etíope, Abiy Ahmed, em Ancara (11/12/24). Os mandatários assinaram declaração na qual as partes reconhecem benefícios mútuos em garantir acesso da Etiópia ao mar, ao mesmo tempo em que se respeita a soberania somali.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Federal da Somália
GENTÍLICO	Somali, somaliano(a)
CAPITAL	Mogadíscio
ÁREA	637.657 km ²
POPULAÇÃO	19.01 milhões (2024 est. BM)
IDIOMAS OFICIAIS	Somali (Oficial) e Árabe (Segunda Língua)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo Sunita (99,8%, religião oficial)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federal Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; a Câmara Alta (Aqalka sare) e a Câmara Baixa (Aqalka hoose) formam o Parlamento Federal da Somália (Baarlama-anka Federaalka Soomaaliya).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Hassan Sheikh Mohamud (desde maio de 2022)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Hamza Abdi Barre (desde junho de 2022)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ahmed Moalim Fiqi (desde 2024)
PIB NOMINAL	US\$ 11,68 bilhões (2023)
PIB PPP	US\$ 32,04 Bilhões (2023)
PIB PER CAPITA	US\$ 727.68 (2023)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 2.000,00 (2023)
VARIAÇÃO DO PIB	2,8% (2023); 2,4% (2022); 3,3% (2021); -2,6% (2020); 3,6% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,48
EXPECTATIVA DE VIDA	56,5 anos (2024 est.)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	0.378
ÍNDICE DE DESEMPREGO	19.29% (2022 est.)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim Somaliano (1 dólar = 571,61 SOS em 04/11/2025)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador indicado: João Alfredo dos Anjos (agrément em 31/10/25, aguarda sabatina).
EMBAIXADOR DA SOMÁLIA	Omar Hohamud Mohad, agrément em 29/9/25. Embaixador não residente.

BRASIL → SOMALIA	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	81.4	69.6	60.7	20.4	70	61.3	42	174.6	154.11
Exportações	81.4	69.6	60.7	20.4	70	61.3	42	174.6	154.1
Importações	0	0	0	0	0	0	0.072	0.048	0.01
Saldo	81.4	69.6	60.7	20.4	70	61.3	42	174.6	154.09

DADOS ECONÔMICOS

Quadro Resumo

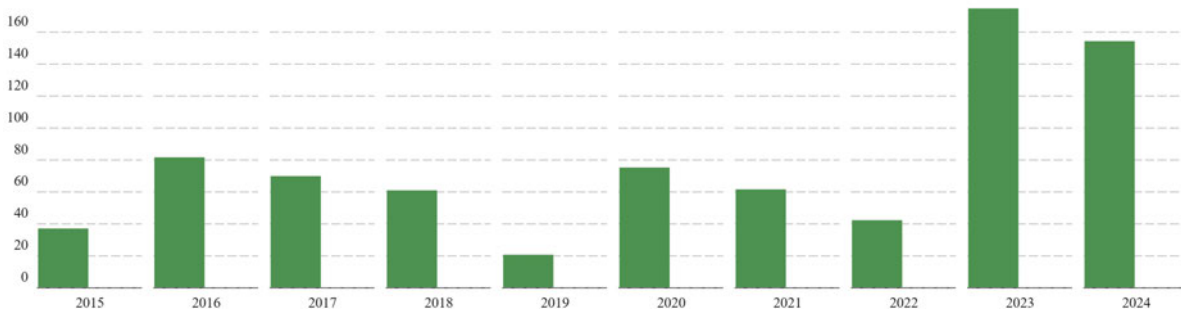
Julho 2025 Jan-Jul 2025 **2024**

Exportações	Importações	+ Corrente	Saldo
154,1 US\$ Milhões	10,4 US\$ Mil	154,1 US\$ Milhões	154,1 US\$ Milhões
↓ -11,7% Var. 2024/2023	↓ -78,4% Var. 2024/2023	↓ -11,8% Var. 2024/2023	Superávit 2024
0,046% Part. nas Exportações 2024	97° Ranking de Exportações 2024	0,000004% Part. nas Importações 2024	200° Ranking de Importações 2024

Somália - Série Histórica

■ Exportação ■ Importação

↑ US\$ (Milhões)



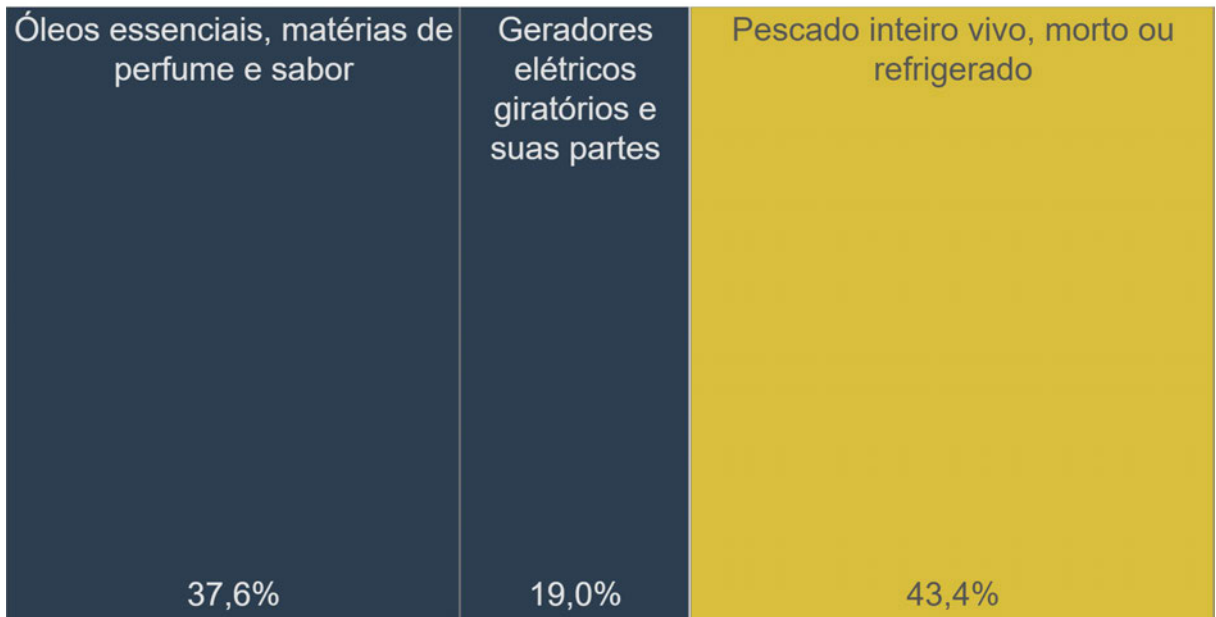
Somália - - Produtos Exportados

■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos



Somália - Produtos Importados

■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos

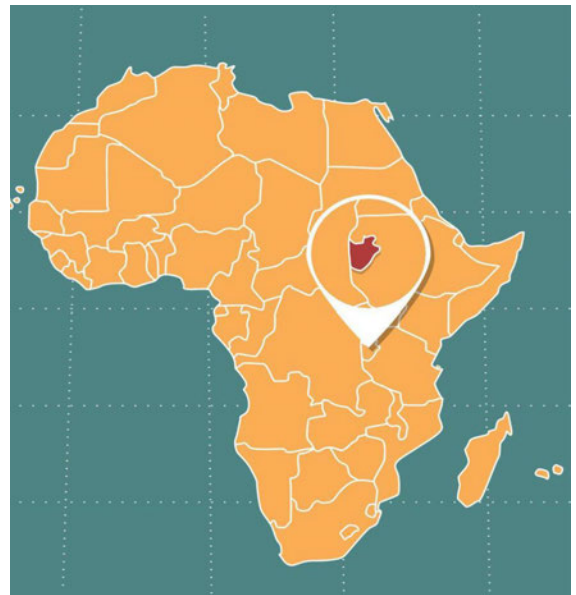
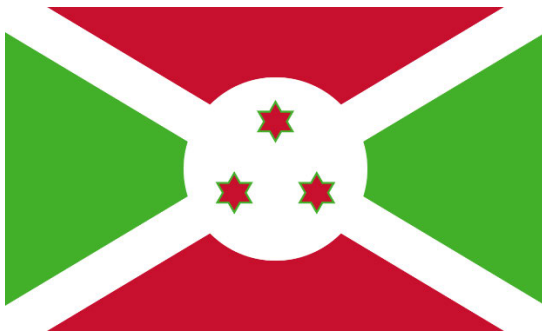


CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS
2016 - A Embaixada do Brasil em Nairóbi (Quênia) passa a representar, cumulativamente, o governo brasileiro junto à Somália
2013 - Somália designa enviado especial para Brasil, Argentina e Venezuela
2012 - Brasil participa da Conferência de Istambul sobre a Somália (junho)
2012 - Brasil participa da Conferência de Londres sobre a Somália (fevereiro)
2005 - Ministro de Negócios Exteriores somali, Abdullahi Ismail, representa seu país na I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), realizada em Brasília (maio)
1987 - Embaixada brasileira no Cairo (Egito) passa a representar, cumulativamente, o Brasil junto à Somália



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA DO BURUNDI



OSTENSIVO
Novembro de 2025.

ÍNDICE

REPÚBLICA DO BURUNDI.....	1
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
HISTÓRIA	4
GERAL	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
COOPERAÇÕES BILATERAIS	6
Cooperação Técnica	6
Cooperação humanitária	7
Cooperação em Educação.....	7
Cooperação entre academias diplomáticas	7
COMÉRCIO BILATERAL.....	7
ACORDOS	8
TEMAS MULTILATERAIS	9
Situação da República Democrática do Congo e MONUSCO	9
POLÍTICA INTERNA	10
ECONOMIA.....	12
POLÍTICA EXTERNA	12
DADOS BÁSICOS.....	14
DADOS ECONÔMICOS.....	15
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	17

PERFIS BIOGRÁFICOS



ÉVARISTE NDAYISHIMIYE – presidente da República - nascido em 1968. Assumiu a Presidência em 18 de junho de 2020. Em 1995, com o início da guerra civil, interrompeu o curso de Direito para ingressar na luta armada. Foi um dos principais negociadores durante o processo de paz (2000-2003). Em 2003, tornou-se comandante do Exército do Burundi. Entre 2006 e 2007, foi ministro do Interior e Segurança Pública. Entre 2007 e 2014, ocupou a chefia do Gabinete Militar da Presidência. A partir de 2016, atuou como secretário-geral do partido governista CNDD-FDD. Deixou o cargo em janeiro de 2020, para concorrer às eleições, elegeu-se presidente. Foi indicado pela União Africana (UA) como Campeão para a Juventude, Paz e Segurança em 2023.



EDOUARD BIZIMANA – *Ministro das Relações Exteriores*. Nasceu em 10 de fevereiro de 1968. No cargo desde agosto de 2025. Antes, trabalhou como assessor do Diretor-Geral responsável pela Europa e América do Norte e, em 2006, tornou-se Diretor Adjunto responsável pelo protocolo no gabinete do Vice-presidente. Atuou como Primeiro Conselheiro na Embaixada do Burundi nos EUA (2007-2010), Diretor de Organizações Regionais e Internacionais no Ministério das Relações Exteriores e chefiou brevemente o Fórum dos Partidos Políticos. Foi Embaixador do Burundi na Alemanha (2012-2016) e Embaixador do Burundi na Rússia (2016-2022).

HISTÓRIA

A colonização europeia do atual território do Burundi iniciou-se com a chegada dos ingleses (1858) ao lago Tanganica. Em 1890, o país passou a fazer parte do Protetorado Alemão da África Oriental. Após a Primeira Guerra Mundial (1918), Burundi e Ruanda foram transferidos à Bélgica, quando a Alemanha perdeu suas colônias.

Em 1958, o partido Unidade pelo Progresso Nacional (UPRONA) foi criado no Burundi e Mwami Mwambutsa foi nomeado monarca constitucional no país (1959). O Burundi conquistou a sua independência em 1º de julho de 1962.

Em 1993, as primeiras eleições livres e democráticas do país elegeram Melchior Ndadaye, o qual sofreu um golpe de Estado e foi assassinado no mesmo ano, dando início a uma guerra civil. O conflito só foi finalizado com a assinatura do Acordo de Arusha em 2000 (contingente multinacional de segurança que garantiria a paz no Burundi). Em 2005, uma nova constituição de partilha de poder foi promulgada e Pierre Nkurunziza, representando o Conselho Nacional para a Defesa da Democracia (CNDD), foi eleito presidente, permanecendo no poder até 2020, por três mandatos. Em 2020, com o falecimento de Nkurunziza, foi eleito o atual presidente, Évariste Ndayishimiye.

GERAL

A República do Burundi localiza-se na região africana dos Grandes Lagos. O país faz fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), a oeste; com a Tanzânia, ao leste e ao sudeste; e Ruanda, ao norte. Com território pouco maior do que o de Alagoas (27.834 km²) e mais de 12 milhões de habitantes, o Burundi é o sexto menor país africano e apresenta a segunda maior densidade populacional da África, atrás apenas de Ruanda.

O Burundi é um dos países mais pobres da África. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - PNUD, 2022), o país ocupa a 187ª posição entre os 191 países ranqueados, possuindo IDH superior apenas a República Centro-Africana, Níger, Chade e Sudão do Sul.

A economia burundinesa é predominantemente agrícola. Além das limitações econômicas, os conflitos ocorridos no país agravaram os problemas sociais. O Burundi apresenta graves carências em matéria de educação e saúde

Em termos étnicos e demográficos, o Burundi repete padrão encontrado em Ruanda: aproximadamente 85% da população possui origem étnica hutu; e 15%, tutsi. O francês e o Kirundi são os idiomas oficiais do país. A principal confissão é a cristã (80-90%), seguida por religiões tradicionais autóctones (5%) e pela islâmica (2-5%). Quase 90% dos burundineses vivem em áreas rurais e dependem da agricultura de subsistência.

Desde sua independência (1962), o Burundi passou por período de instabilidade, marcado por conflitos étnicos e guerra civil. Entre 2006 e 2015, foi considerado exemplo exitoso de processo de construção da paz em sua região, após assinatura de acordo de paz (Acordo de Arusha) que pôs fim a longo conflito civil (1993-2003).

A eleição do presidente Evariste Ndayishimiye, em 2020, representou oportunidade para que o país buscasse gradual estabilização interna e normalização de suas relações com a comunidade internacional.

Desde então, Ndayishimiye vem adotando medidas de abertura política buscando reconciliação doméstica e reinserção internacional do Burundi.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. O país abriu Embaixada em Brasília em 2012, que funcionou até dezembro de 2020. Desde janeiro de 2021, a Embaixada do Burundi em Washington passou a responder também pela representação do país junto ao Brasil. A representação diplomática brasileira junto ao Burundi é exercida cumulativamente pela Embaixada do Brasil em Nairóbi (Quênia).

Em fevereiro de 2013, a presidente Dilma Rousseff manteve encontro com o então presidente do Burundi, Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula América do Sul – África (Malabo, 22/2/2013).

A visita do então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, ao Brasil em agosto de 2009 foi a primeira de um chanceler burundinês ao País. Na ocasião, Nsanze manteve

encontros nos ministérios das Cidades e da Saúde e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também realizou visitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), à EMBRAPA e à Agência Nacional de Águas (ANA). Na ocasião, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, que entrou em vigor em março de 2013.

Durante a Reunião de alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York, em junho de 2011, o ex chanceler Antonio Patriota manteve encontro com o então chanceler Nsanze.

Em novembro de 2011, o então chanceler Patriota encontrou-se com o então chanceler burundinês Laurent Kavakure, à margem da Reunião Ministerial das Cúpulas América do Sul-África (Cúpulas ASA), em Malabo.

Em abril de 2013, o ex chanceler Kavakure realizou visita ao Brasil. A visita ocorreu na esteira da entrada em vigor do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2009, e focou-se na discussão de oportunidades de cooperação entre os dois países, sobretudo nos domínios da segurança alimentar, construção de cisternas, promoção do acesso a energia elétrica e pesca.

COOPERAÇÕES BILATERAIS

Cooperação Técnica

A cooperação técnica bilateral com o Burundi está amparada no Acordo Básico de Cooperação, assinado em 25/08/2009 e em vigor desde 18/12/2015. Desde 2009, o Brasil realiza, regularmente, ações de cooperação técnica com o Burundi.

Atualmente, estão sendo executados, em âmbito bilateral, três projetos regionais na área de cotonicultura: o Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Vitória (Burundi-Quênia-Tanzânia) - Projeto Cotton-Victoria, o Projeto Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento de variedades de algodão mais adaptáveis às condições locais dos países africanos; e o projeto Apoio à Coordenação de Projetos e Atividades de Cooperação Técnica na Área de Algodão. Além do Burundi, os projetos beneficiam outros países do continente.

Em âmbito trilateral, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), está sendo executado programa de apoio ao desenvolvimento de programas sustentáveis de alimentação escolar no Burundi

Cooperação humanitária

De 2009 a 2014, registram-se doação de alimentos, com apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), e aportes financeiros, por meio do PMA e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para projetos de segurança alimentar e nutricional, que somados, totalizam, USD 1.100.000,00.

Cooperação em Educação

O Programa GCUB de Mobilidade Internacional (GCUB-Mob), é promovido pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras com apoio do Instituto Guimarães Rosa/MRE, da Comissão Nacional da UNESCO, da "Agence Universitaire de la Francophonie" (AUF) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). Em 2023, foram selecionados 34 candidatos (19 burundeses, 13 quenianos e dois somalis) e, em 2024, outros 14 candidatos (sete burundeses, três quenianos, dois ugandeses e dois somalis), todos para cursos de mestrado e doutorado em instituições brasileiras. A iniciativa tem favorecido o estabelecimento de vínculos acadêmicos duradouros e o fortalecimento da influência científica e cultural brasileira na África Oriental.

Cooperação entre academias diplomáticas

Foi assinado em 2018 memorando de entendimento para cooperação entre o Instituto Rio Branco e a o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Burundi, o qual permite que diplomatas do Burundi possam participar de cursos de formação no Brasil.

COMÉRCIO BILATERAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi é limitado e constituído, majoritariamente, pelas exportações brasileiras.

Em 2024, o comércio bilateral foi de aproximadamente US\$ 33 mil (redução de 89% em relação a 2023), com saldo de US\$ 9,3 mil favorável ao Brasil. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 21,4 mil e as importações do Burundi, cerca de US\$ 12,1 mil.

Os principais produtos brasileiros importados pelo Burundi foram móveis (47,7%); joias e ourivesaria (31,1%) e máquinas e aparelhos elétricos (18,9%). Os principais produtos burundienses importados pelo Brasil foram peças e acessórios destinados a máquinas (38,8%); bombas, centrífugas, compressores de ar, ventiladores, exaustores, aparelhos de filtrar ou depurar e suas partes (14,8%) e ferramentas para uso manual ou em máquinas (14,3%).

ACORDOS

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título	Data de celebração	Status
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi	25/08/2009	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	16/04/2013	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi e para Cooperação na Área da Erradicação da Fome e da Pobreza.	16/04/2013	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República	13/11/2018	Em vigor

do Burundi para Cooperação em Treinamento de Diplomatas		
---	--	--

TEMAS MULTILATERAIS

O Burundi faz parte da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza desde novembro de 2024, como membro fundador. O país aderiu, também, à Coalizão para Alimentação Escolar (School Meals Coalition)

O Burundi participou do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, 20-22/5/2025), sendo representado pelo Ministro do Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, Prosper Dodiko.

Situação da República Democrática do Congo e MONUSCO

Mais de cem grupos armados atuam na região leste da RDC. O grupo que causa maior preocupação é o M23, considerado pivô da crise entre os governos da RDC e de Ruanda. Criado em 2012 e militarmente ativo desde 2021, o M23 conta com apoio logístico e operacional de Ruanda.

Desde janeiro de 2025, o M23 passou a controlar parte do leste da RDC, incluindo as cidades de Goma (em 27/1) e Bukavu (em 15/2), capitais das províncias de Kivu do Norte e de Kivu do Sul, respectivamente.

Em 21/2, o CSNU, por unanimidade, aprovou a resolução 2773, a qual “condena firmemente as ofensivas e avanços do M23 no Kivu do Norte e Kivu do Sul com o apoio das Forças Armadas de Ruanda”, e solicita que o M23 e as forças armadas de Ruanda se retirem do território congolês imediatamente.

Em 27/6, a MNE Thérèse Wagner e seu homólogo ruandês assinaram acordo de paz (mediado pelos EUA), que previa retirada das tropas de Ruanda em até 90 dias, o que não ocorreu.

Em 19/7, foi assinada declaração (mediada pelo Catar) entre a RDC e a Alliance Fleuve Congo, braço político do M23, que previa acordo de paz até 18/8, o que não ocorreu.

Em 22/8, o CSNU, a pedido dos EUA, reuniu-se e reiterou os termos da resolução 2773.

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), há, atualmente, 1.139 refugiados da República Democrática do Congo no Brasil, bem como 348 solicitantes de refúgio.

A situação de insegurança prolongada agrava a crise humanitária na RDC. A população de deslocados internos, estimada em quase 7 milhões de pessoas, é a segunda maior da África (após o Sudão).

O Brasil acompanha com atenção a situação de conflitos armados no território da RDC e tem papel de relevo na Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), criada pelo CSNU em 1999. A MONUSCO é liderada, desde 2018, por generais brasileiros, tendo sido também comandada por brasileiro entre 2013 e 2015. Ulisses de Mesquita Gomes, sexto general brasileiro no cargo, assumiu em 28/1. Atualmente, 27 militares brasileiros encontram-se na missão.

A atuação do Brasil no tema tem sido historicamente pautada pelos princípios de não intervenção em assuntos internos de outros países, da solução pacífica de controvérsias e da valorização do multilateralismo. Nesse sentido, o Brasil tem apoiado a MONUSCO e as decisões do CSNU. Além disso, o Brasil tem aprimorado o relacionamento bilateral em todos os níveis com a RDCP.

Posição do Burundi

O Burundi presidiu, entre 2022-23, a Comunidade da África Oriental (EAC, na sigla em inglês) e sediou reuniões que trataram da implementação do Mapa do Caminho de Luanda e do envio de força regional da EAC para o leste da RDC.

Entre 2022 e 2025, quando foi encerrada a missão da SAMIDRC, o Burundi, que compartilha 243km de porosa fronteira com a RDC, enviou tropas para o leste do país vizinho, com o objetivo de ajudar a conter o M23. O governo do Burundi reconhece que a crise na RDC, com ramificações regionais, tem um importante impacto na paz e na segurança de seu país.

POLÍTICA INTERNA

A política interna do Burundi é marcada por desafios e desenvolvimentos significativos nos últimos anos. Desde 2015, o país enfrenta uma crise política e econômica que reverteu os ganhos democráticos alcançados com o fim da guerra civil, em 2005.

Burundi é um dos países mais pobres do mundo, com 70% da população abaixo da linha de pobreza. Um número expressivo da população é jovem, em sua maioria desempregada ou subempregada.

O ambiente político do país é moldado por sequelas da longa guerra civil, pelas feridas abertas das diferenças étnico-raciais e pela fragilidade do estado democrático.

Em 1995, os presidentes de Burundi, Ruanda, Uganda e do então Zaire (atual República Democrática do Congo) lançaram iniciativa regional de negociação da paz no Burundi, coordenada pelo ex-presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Foi assinado, em 2000, o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, que, entre outras medidas, instituiu governo transitório, com duração de 4 anos, e estabeleceu a progressiva implantação de mecanismos de compartilhamento de poder e quotas de representação em altos cargos da administração pública, no legislativo e nas forças armadas entre as principais etnias do país.

Em 2003, foram realizadas eleições gerais. Em 2005, foi adotada nova Constituição, colocando fim ao período de transição. Por meio de eleições indiretas, Pierre Nkurunziza foi eleito presidente, para mandato de 5 anos. Em 2010, foi reeleito, para novo mandato de 5 anos, com 91% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos de oposição.

Entre 2005 e 2015, houve um período de progressiva estabilidade e crescimento econômico no Burundi, caracterizado pela observação das quotas étnicas previstas no Acordo de Arusha.

A partir do ciclo eleitoral de 2015, o ambiente político e de segurança no Burundi deteriorou-se. Nova crise iniciou-se em abril de 2015, quando foi anunciada a candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato, o que seria vedado pela constituição.

Em maio de 2015, teve lugar tentativa de golpe contra Nkurunziza. À revelia de apelos de países ocidentais, da ONU e da União Africana, Nkurunziza manteve sua candidatura e, nas eleições realizadas em julho, foi reeleito. Manifestações de rua foram reprimidas. Em dezembro de 2015, quatro bases militares foram atacadas por grupos opositoristas armados. Os enfrentamentos resultaram, segundo estimativas da ONU, em quase 500 mortos e 5 mil presos. Segundo a ONU, entre 2015 e 2016, o total de pessoas deslocadas internamente passou de 85 mil para cerca de 150 mil e o total de refugiados burundinês passou de 344 mil para 400 mil.

Em 2020, Évariste Ndayishimiye, o candidato do partido governista CNDD-FDD, foi eleito presidente após a morte de Pierre Nkurunziza.

Ao longo de 2024, apesar dos sinais iniciais do governo de distensão política, como a libertação de alguns presos políticos e o levantamento das restrições à mídia, a repressão à sociedade civil persiste. Relatório recente da Anistia Internacional destacou que, quatro anos após o início do mandato de Ndayishimiye, intimidação, prisões e julgamentos injustos continuam a ocorrer.

ECONOMIA

O Burundi é um dos países mais pobres do mundo. O principal setor da economia burundinesa é o da agricultura, que representa 45,8% do seu PIB e emprega mais de 90% da população (dados de 2017). Como se encontra em grande medida vinculada à atividade agrícola, principalmente às culturas do café e do chá, a economia do Burundi é vulnerável a variações climáticas e à flutuação dos preços internacionais das commodities agrícolas.

A agricultura de subsistência emprega mais de 90% da população. O crescimento econômico do país vincula-se à produção de ouro, café, chá, mate e especiarias, produtos que representam a maior parte de sua pauta de exportações. O país também produz, em menores quantidades, algodão, batata e banana.

As importações do Burundi superam em cerca de seis vezes as suas exportações. O país é altamente dependente das importações de bens de consumo e hidrocarbonetos e acumula constantes déficits na conta corrente do Balanço de Pagamentos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Na região dos Grandes Lagos, as tensões étnicas, os fluxos de refugiados e a ameaça de grupos rebeldes transnacionais são importantes condicionantes geopolíticos. A posição refratária do ex-presidente Pierre Nkurunziza a um diálogo plenamente inclusivo com a oposição levou, em certa medida, ao isolamento do país no plano regional e global.

O Burundi participou ativamente das missões da Comunidade da África Oriental (EACRF, sigla em inglês) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SAMIDRC) na RDC. Nas missões de paz das Nações Unidas, o Burundi participa atualmente com mais de 750 militares, distribuídos entre a MINUSCA (República Centro-Africana) e UNISFA (Abyei).

Em 2025, estima-se que cerca de 1,9 milhão de burundineses estejam em situação de severa insegurança alimentar, conforme dados do Programa Mundial de Alimentos. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2025 o número de refugiados e *asylum-seekers* burundineses aproxima-se de 400 mil pessoas, e encontram-se sobretudo na Tanzânia, em Ruanda, em Uganda e na RDC. Por outro lado, cerca de 100 mil deslocados forçados de outros países vivem no Burundi, em sua maioria originários da RDC.

Grande parte da agenda econômica internacional do Burundi está ligada à sua participação na Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês), que inclui, além do Burundi, Uganda, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Sudão do Sul. A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de União Monetária até o ano de 2024. Porém, em agosto de 2024, a EAC anunciou adiamento da adoção da moeda comum para 2031.

O Burundi é parte da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, na sigla em inglês), lançada em 2018, um dos programas prioritários da União Africana. Reúne 54 países, PIB de USD 2,5 trilhões e população de 1,2 bilhão de pessoas. O acordo de criação da ZLCCA foi assinado por 54 dos 55 estados-membros da UA, com exceção apenas da Eritreia.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Burundi
GENTÍLICO	Burundinês, burundinesa; burundês, burundesa
CAPITAL	Bujumbura (desde 2023) Gitega (Capital política)
ÁREA	27 834 km²
POPULAÇÃO	14.05 milhões de habitantes (2024 est. BM)
IDIOMAS OFICIAIS	Kirundi (nacional e oficial) e francês (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (91,5%); religiões tradicionais africanas (5%); muçulmanos (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Senado, com 39 assentos; e Assembleia Nacional, com 123 assentos.
CHEFE DE ESTADO	Evariste Ndayishimiye (desde junho de 2020)
CHEFE DE GOVERNO	Evariste Ndayishimiye (desde junho de 2020)
CHANCELER	Édouard Bizimana (desde agosto de 2025)
PIB NOMINAL (USD)	4,74 bilhões (2024, FMI)
PIB PPP (USD)	13,36 bilhões (2024, FMI)
PIB PER CAPITA (USD)	354,84 (2024, FMI)
PIB PPP PER CAPITA (USD)	999,91 (2024, FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	3,5% (2024); 2,7%(2023); 1,85% (2022); 3,1% (2021); 0,3% (2020); 1,8% (2019); 1,6% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	Baixo (0,426); (187º entre 193 países - 2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	68.1 (2024)
ALFABETIZAÇÃO	74,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	0,91% (2022)
UNIDADE MONETÁRIA	Franco burundês (US\$ 1 = BIF 2.950)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Cumulatividade com Washington
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Embaixador indicado (residente em Nairóbi): João Alfredo dos Anjos (agrément em 31/10/25).

BRASIL - BURUNDI	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	77,5	100,8	42,3	208,9	0,7	256,3	6,6	309,5	33,5
Exportações	77,5	100,8	42,0	208,9	0,7	252,0	6,4	304,9	21,4
Importações	-	-	0,3	-	-	4,3	0,2	4,6	12,1
Saldo	77,5	108,8	41,7	208,9	0,7	247,7	6,2	300,3	9,3

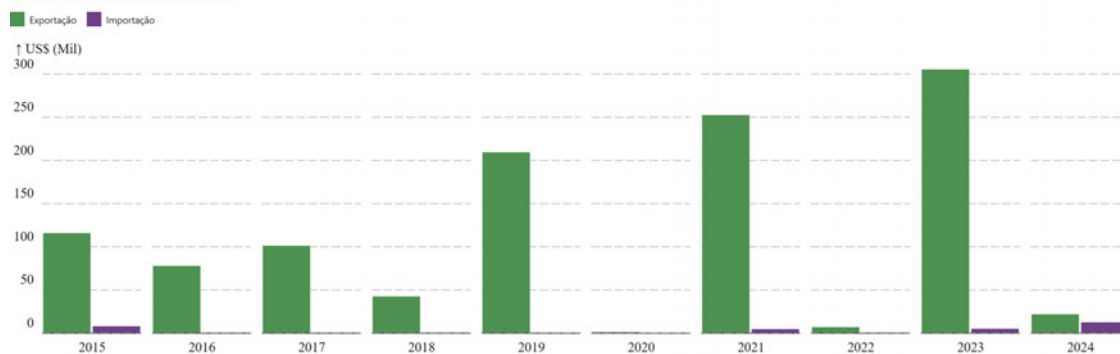
DADOS ECONÔMICOS

Quadro Resumo

Julho 2025
Jan-Jul 2025
2024



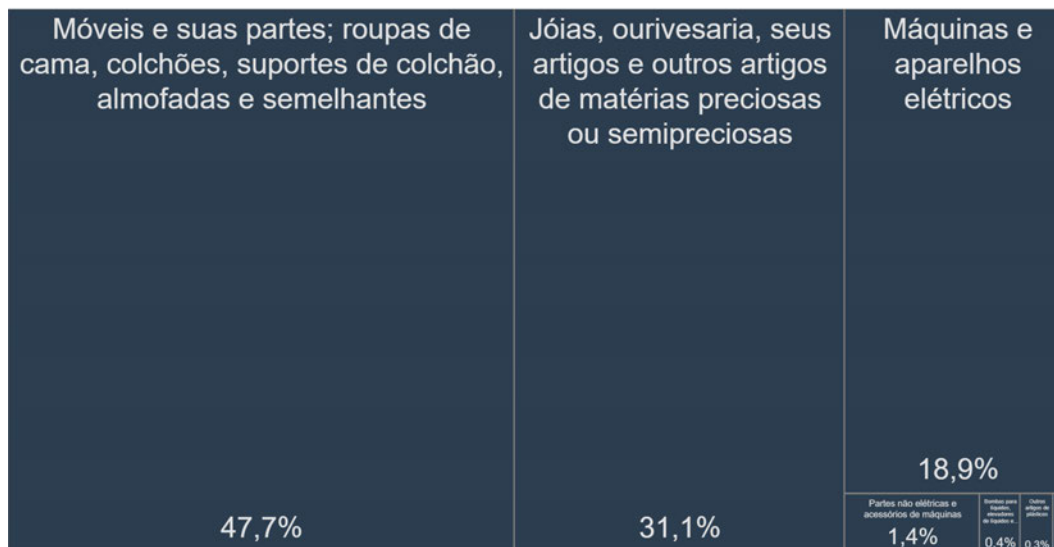
Burundi - Série Histórica



Exportações do Brasil para o Burundi

Burundi - - Produtos Exportados

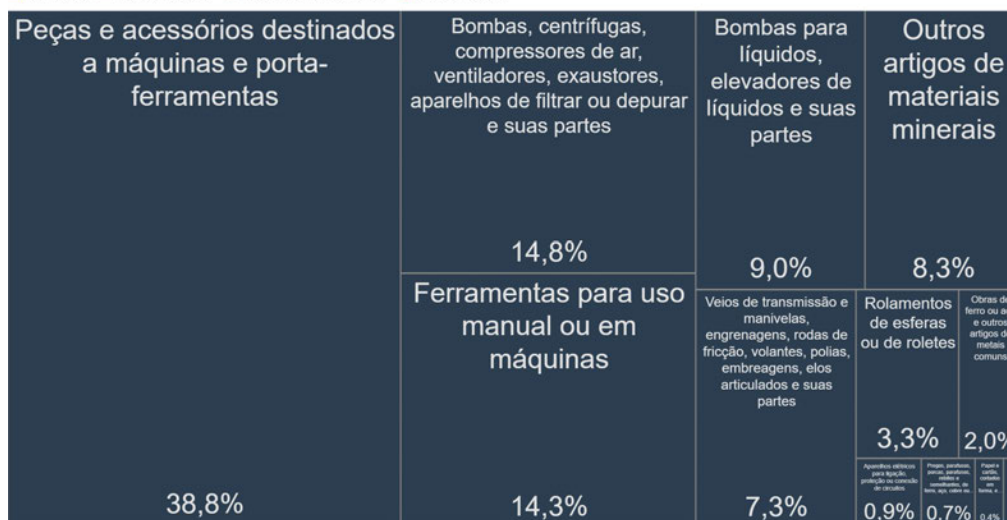
■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos



Exportações do Burundi para o Brasil

Burundi - Produtos Importados

■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<p>2020 – Fechamento da Embaixada do Burundi em Brasília (dezembro).</p>
<p>2018 – O ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes e o embaixador do Burundi assinam Acordo na Área Educacional e Memorando de Entendimento para Cooperação em Treinamento de Diplomatas, em Brasília.</p>
<p>2013 – Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores e da Cooperação Internacional do Burundi, Laurent Kavakure; assinados o Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço e o Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Erradicação da Fome e da Pobreza.</p>
<p>2013 – Encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula ASA, em Malabo.</p>
<p>2012 – Brasil participa da Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi e oferece apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012-16).</p>
<p>2012 – Embaixadora (não residente) do Brasil para o Burundi participa em Bujumbura da inauguração de centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS, construído no âmbito de cooperação prestada pelo Fundo IBAS, e encontra-se com o chanceler Laurent Kavakure.</p>
<p>2012 – Técnicos burundeses participaram de onze cursos do Diálogo Brasil-África sobre segurança alimentar.</p>
<p>2012 – Abertura da Embaixada do Burundi em Brasília.</p>
<p>2011 – Encontro entre os chanceleres Antonio de Aguiar Patriota e Laurent Kavakure, à margem da IV Reunião Ministerial da ASA, em Malabo.</p>
<p>2011 – Burundi é incluído dentre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o Brasil a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Em 2012, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de arroz ao país, por meio do Programa Mundial de Alimentos.</p>
<p>2011 – Encontro entre os chanceleres Antonio de Aguiar Patriota e Augustin Nsanze, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York. O Burundi manifesta apoio à candidatura do professor José Graziano da Silva à Direção Geral da FAO.</p>
<p>2010 – Recebida visita de estudos de técnicos do Ministério da Luta contra a AIDS do Burundi.</p>
<p>2009 – Visita oficial do chanceler do Burundi ao Brasil; assinado Acordo de Cooperação Técnica.</p>
<p>2008 – Viagem a Bujumbura do Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, durante a qual manteve encontros com o ministro da Agricultura do Burundi.</p>

2008 – Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).
2007 – Brasil participa da Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.
1980 – Estabelecimento das relações bilaterais.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA DE UGANDA



OSTENSIVO Novembro de 2025

ÍNDICE

REPÚBLICA DE UGANDA.....	1
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
HISTÓRIA	4
GERAL	6
RELAÇÕES BILATERAIS.....	7
COOPERAÇÃO BILATERAL.....	7
Cooperação em Matéria de Defesa	8
Cooperação em Educação.....	8
Cooperação Humanitária	8
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	9
TEMAS MULTILATERAIS.....	9
Mudança do Clima	9
Coalizão para Alimentação Escolar	10
BRICS	10
POLÍTICA INTERNA.....	10
ECONOMIA	11
POLÍTICA EXTERNA	12
República Democrática do Congo (RDC).....	13
SUDÃO DO SUL	14
DADOS BÁSICOS	15
DADOS ECONÔMICOS	16
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	18

PERFIS BIOGRÁFICOS



YOWERI KAGUTA MUSEVENI – *Presidente*. Nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar es Salam. Formou a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos e esteve em Moçambique, onde recebeu treinamento de guerrilha da FRELIMO. Em 1986, à frente de tropas insurgentes, Museveni depôs o Presidente Okello e assumiu o controle do país. Em maio de 1996, foi eleito presidente da República, cargo para o qual foi reeleito em 2001, 2006 e 2011. Em 2016 foi reeleito após aprovação de emenda à Constituição que acabou com o limite de mandatos presidenciais consecutivos. Em 2021, foi reeleito pela sexta vez, após aprovação de nova emenda constitucional que excluiu o limite máximo de idade para candidatos à presidência.



ROBINAH NABBANJA – *Primeira-Ministra*. Foi a primeira mulher a ser designada primeira-ministra de Uganda, em 9 de junho de 2021. Nascida em 17 de dezembro de 1969 (53 anos), é originária do distrito de Kakumiro, exercia o cargo de vice-ministra de Saúde desde dezembro de 2019 e foi reeleita para o parlamento pelo seu distrito natal em 2021. É graduada e mestre em Estudos de Desenvolvimento e Democracia pela Universidade dos Mártires de Uganda.



ODONGO JEJE ABUBAKER – *Ministro dos Negócios Estrangeiros*. Nascido em 9 de julho de 1951, é chanceler de Uganda desde junho de 2021. Anteriormente, atuou como ministro de Assuntos Internos, de 2016 a 2022, e ministro de Estado da Defesa, de 2009 a 2016. Junto com Museveni, integrou grupo de 27 rebeldes que iniciaram a guerra civil (1981-1986) que levaria à queda do presidente Milton Obote e à ascensão de Museveni ao poder. Participou da assembleia constituinte de 1994. É mestre em Relações Internacionais pela Universidade Nkumba.

HISTÓRIA

Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de europeus, mas de mão de obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente do Reino Unido. O primeiro governo após a independência foi formado por coalizão entre líderes do sul e do norte do país, com a nomeação de Edward Mutesa (da etnia Baganda, predominante no sul) para o cargo de presidente, e Milton Obote (da etnia Langui, do norte) para primeiro-ministro. Em 1966, com apoio do exército, Obote suspendeu a Constituição e tomou o poder. A resistência de Mutesa ao golpe foi reprimida pelo exército, então sob o comando do General Idi Amin Dada.

Em 1971, Idi Amin depôs Obote. Uma das primeiras medidas de seu governo foi a deportação em massa da população de origem indiana (elite comercial do país) e o subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por militares oriundos de sua etnia (Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder, chegando a angariar altos índices de popularidade.

Em seu governo, o cenário político foi marcado por perseguição a membros da oposição e a líderes religiosos cristãos (Idi Amin era muçulmano, num país onde mais de 80% da população é cristã) e por ataques contra etnias rivais. Em 1978, uma revolta de tropas dissidentes do regime de Idi Amin cruzou a fronteira com a Tanzânia, onde Obote e outros dissidentes haviam encontrado asilo. Adotando como pretexto uma disputa lindeira, Idi Amin declarou guerra à Tanzânia e enviou tropas para atacar os rebeldes. Em resposta, tropas tanzanianas e refugiados ugandenses invadiram Uganda, precipitando a deposição de Idi Amin, que se exilou na Arábia Saudita em 1979.

As forças insurgentes instalaram novo governo em Campala, sob a égide da Frente Nacional de Libertação de Uganda, liderada por Yusuf Lule. No entanto, as forças da região norte formaram o Novo Exército Nacional de Libertação de Uganda (UNLA), que depôs Lule. Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência. Um dos candidatos derrotados, Yoweri Museveni, não

aceitou o resultado e iniciou guerrilha contra o governo, à frente do Exército de Resistência Nacional (NRA).

O movimento guerrilheiro de Museveni passou a aglutinar número crescente de opositores. Em julho de 1985, o exército, desgastado com a luta de guerrilha, ocupou Campala e depôs Obote, que se refugiou na Zâmbia.

Em janeiro de 1986, à frente de tropas do NRA, Museveni depôs o Presidente Okello e foi empossado presidente. No início de sua gestão, Museveni proscreeu os partidos políticos, com exceção de seu partido, o Movimento de Resistência Nacional (MRN). Embora houvesse prometido convocar eleições dentro de cinco anos (1991), permaneceu no poder por um quinquênio adicional e convocou eleições apenas em 1996.

Em maio de 1996, as eleições presidenciais deram vitória a Museveni. Em referendo realizado em junho de 2000, o presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato adicional, obtido em 2001. Em 2005, o Parlamento pôs fim ao dispositivo constitucional que limitava a reeleição a uma única vez. Desse modo, em 2006, Museveni apresentou-se como candidato e venceu as eleições, tendo sido reeleito, sucessivamente, em 2011 e em 2016.

Em 2018, emenda constitucional retirou o limite de 75 anos para candidatos presidenciais, o que possibilitou que Museveni se apresentasse como candidato a um quinto mandato nas eleições de 2021. Em 2021, foi reeleito pela sexta vez, para mandato que terminará em 2026.

GERAL

A República de Uganda situa-se na região dos Grandes Lagos, fazendo fronteira com o Quênia, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo, Ruanda e Tanzânia. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1962, quando se tornou membro da Commonwealth.

Nos últimos anos, Uganda registrou expressivo crescimento econômico. Apesar disso, o país permanece dependente da ajuda oficial ao desenvolvimento, bem como dos investimentos externos, sobretudo da China. Uganda tem a 8ª maior população e a 13ª maior economia da África, com PIB nominal estimado em US\$ 64,28 bilhões (FMI, 2025). A previsão do Fundo Monetário Internacional é de que Uganda crescerá 6,1% em 2025, acima da projeção esperada de 3,8% para a África Subsaariana para 2024.

Uganda foi um dos maiores contribuintes de tropas para a Missão da União Africana para a Somália (ATMIS, encerrada em dezembro de 2024 e substituída pela AUSSOM). Em 2013, o país enviou tropas, também, para o Sudão do Sul, no contexto da escalada do conflito civil naquele país.

Uganda abriga expressiva comunidade de refugiados, estimada em 1,8 milhão de pessoas, a maioria de sul-sudaneses. O país é considerado modelo no acolhimento de refugiados, aos quais são garantidos acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho.

No plano multilateral, Uganda tem participação ativa na União Africana, bem como nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em crises e em conflitos no Chifre da África e na África Oriental. Uganda abriga, na cidade de Entebbe, centro de serviços regional das Nações Unidas, destinado a prestar apoio logístico a missões de paz no continente.

Em 2024, Uganda assumiu a presidência do Movimento dos Não Alinhados. Nesse contexto, realizou-se em Kampala, em janeiro de 2024, a 19ª Cúpula dos Não Alinhados (15-19/1), seguida da 3ª Cúpula do Sul do Grupo dos 77 e China (20-21/1), da qual participou o chanceler Mauro Vieira.

A economia de Uganda beneficia-se da descoberta de grandes reservas de petróleo. O país tem recebido investimentos no desenvolvimento de infraestrutura para a exploração petrolífera, com início de produção previsto para junho de 2026 e renda anual estimada em US\$ 2 bilhões.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Embaixada brasileira em Nairóbi (Quênia) é cumulativamente responsável por representar o Brasil junto às autoridades ugandesas. A Embaixada de Uganda em Washington (Estados Unidos) é cumulativamente responsável pelas relações com o Brasil.

Desde 1º de janeiro de 2024, Uganda é membro associado do BRICS.

O presidente Yoweri Museveni esteve três vezes no Brasil, todas no contexto de grandes conferências internacionais: chefiou a delegação ugandesa na Rio-92 (1992), na XI Conferência da UNCTAD (2004) e no V Foro Urbano Mundial da ONU-Habitat (2010).

Em maio de 2013, o presidente Museveni encontrou-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana.

Em janeiro de 2024, o Ministro Mauro Vieira participou, em Campala, da III Cúpula do Sul (G77+China).

Em 27/04/2025, à margem da reunião do BRICS no Rio de Janeiro, o ministro Mauro Vieira reuniu-se com o Ministro de Relações Exteriores de Uganda, general Jeje Odongo.

Uganda participou da 17ª Cúpula do BRICS no Rio de Janeiro, de 6 a 7 de julho de 2025, tendo a vice-presidente Jessica Rose Epel Alupo representando o país na ocasião.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, em vigor desde fevereiro de 2023. O histórico da cooperação bilateral inclui atividades nas áreas de bioenergia (etanol) e esportes (treinadores de futebol). O Brasil não possui, no momento, projetos bilaterais de cooperação técnica em execução ou em negociação com Uganda.

Houve troca de missões entre Brasil e Uganda, em 2008 e 2009, para o compartilhamento da experiência brasileira na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Em 2010, realizou-se em Campala, o seminário “Pro-Renova”, visando à difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.

Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil

para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social.

Em 2017, houve visita de delegação de Uganda ao Brasil para conhecer a experiência brasileira para o cultivo, colheita e processamento de café. Em 2018, visitou o Brasil delegação parlamentar ugandesa, a convite da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO). Em 2023, o vice-ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda realizou visita ao Brasil, para conhecer a indústria de aquicultura nacional.

Cooperação em Matéria de Defesa

Militares de Uganda, assim como de Gana, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Zâmbia, têm participado de curso de gerenciamento de projetos de engenharia no contexto de operações de paz ministrado por oficiais brasileiros em Nairóbi, no âmbito de iniciativa trilateral envolvendo Brasil e a ONU.

Cooperação em Educação

Em 2023, foram selecionados, no âmbito do programa GCUB de Mobilidade Internacional (GCUB-Mob), 34 candidatos (19 burundeses, 13 quenianos e dois somalis) e, em 2024, outros 14 candidatos (sete burundeses, três quenianos, dois ugandeses e dois somalis), para cursos de mestrado e doutorado em instituições brasileiras. O GCUB-Mob é promovido pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras com apoio do Instituto Guimarães Rosa/MRE, da Comissão Nacional da UNESCO, da "Agence Universitaire de la Francophonie" (AUF) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). A iniciativa tem favorecido o estabelecimento de vínculos acadêmicos duradouros e o fortalecimento da influência científica e cultural brasileira na África Oriental.

Cooperação Humanitária

Em 2012, foram doadas a Uganda duas mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465,00. A doação, destinada a campos de refugiados congolese no país, foi recebida em 2013.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2024, o intercâmbio comercial entre Brasil e Uganda alcançou US\$ 9,6 milhões. As exportações brasileiras representaram a quase totalidade desse valor. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram máquinas e ferramentas (US\$ 3,52 milhões; 37% da pauta), papel e cartão (US\$ 1,62 milhão; 17%), e máquinas agrícolas (US\$ 1,62 milhão; 14%). O Brasil importou de Uganda o equivalente a US\$ 12 mil, sendo 95% desse montante especiarias.

Verifica-se tendência de crescimento do comércio bilateral. Em 2016, o intercâmbio era de US\$ 3,98 milhões, saltando para US\$ 9,6 milhões em 2024.

Na área de investimentos, destaca-se a empresa Queiroz Galvão, que atua em Uganda no setor de construção civil. Em seu portfólio, encontra-se o projeto Mirama Kikagati, que envolve a construção de linha de transmissão elétrica de 37,3 km no sul de Uganda; a construção da subestação Nsongezi (132/33kV); a ampliação da subestação Mirama (132kV); e a atualização do sistema de telecomunicações de quatro subestações periféricas.

TEMAS MULTILATERAIS

Mudança do Clima

Uganda é signatária de importantes acordos ambientais globais, entre os quais o Acordo de Paris. É forte defensora do princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

Um dos debates mais acirrados internamente em Uganda é o uso de petróleo e gás para a promoção do desenvolvimento econômico. Estima-se que Uganda tenha reservas de 6,5 bilhões de barris de petróleo em seu território. Para alguns críticos, o desenvolvimento de projetos petrolíferos (por exemplo, o Oleoduto de Petróleo Bruto da África Oriental – EACOP, assinado com a Tanzânia em 2022) contradiz as metas de alcance de uma economia predominantemente de baixo carbono até 2030. A diplomacia de Uganda defende uma transição justa e paulatina em direção a matriz energética 100% renovável.

Coalizão para Alimentação Escolar

Uganda é parte da Coalizão para Alimentação Escolar (School Meals Coalition).

BRICS

Em 27/04/2025, o Ministro Mauro Vieira e o chanceler de Uganda, Jeje Odongo, reuniram-se no Rio de Janeiro, à margem da reunião de ministros de relações exteriores do BRICS. Na ocasião, o chanceler ugandês ressaltou a aspiração de Uganda de tornar-se membro pleno do BRICS.

POLÍTICA INTERNA

O quadro político interno ugandês é caracterizado por histórica fragmentação em reinos e etnias rivais, que deram origem a divisões e a disputas pelo poder na história recente do país, independente em 1962.

Desde 1986, a política interna do país gira em torno da figura de Yoweri Museveni, que chegou ao poder após liderar guerrilha, capitalizando o descontentamento público com os regimes anteriores. Inicialmente, transmitiu imagem de líder revolucionário, mas, ao consolidar o poder em trono de si, construiu um Estado autoritário.

As Forças Armadas de Defesa do Povo de Uganda (UPDF) e a Polícia Nacional são controladas por Museveni, não sendo vistas como instituições neutras e independentes

As próximas eleições presidenciais estão previstas para 2026. Seguindo a tendência de pleitos anteriores, antecipa-se que sejam fortemente controladas pelo aparelho estatal, o que implicará controle da oposição. Em 24/6/2025, foi anunciado que Museveni concorrerá às eleições presidenciais. Milton Obote, da oposição, e agora com 80 anos, também se lançou candidato.

O filho de Museveni, general Muhoozi Kainerugaba, tem se autointitulado futuro sucessor do pai. Seus apoiadores, unidos em torno do "Projeto Muhoozi", defendem uma "transição de liderança geracional", ignorando os princípios democráticos de sucessão política.

A crescente frustração entre jovens, eleitores urbanos e apoiadores da oposição pode levar a protestos, como aquelas nas eleições de 2021. O

agravamento da crise econômica, a manutenção dos altos níveis de desemprego e a corrupção, por sua vez, podem alimentar o descontentamento popular. A resposta do governo a protestos tende a ser repressiva, sufocando qualquer dissidência.

A política interna de Uganda tende a permanecer sob o domínio de ordem autoritária, com espaço político controlado pelo Estado. Qualquer movimento em direção à democratização exigirá pressão interna e externa significativa, oposição coordenada e uma mudança nas alianças de elite dentro do partido governante.

ECONOMIA

A política econômica, sob o governo de Museveni, caracteriza-se por abordagem favorável ao livre-mercado, bem como pelo aprofundamento da integração regional no seio da Comunidade da África Oriental (EAC). Os maiores desafios ao pleno desenvolvimento de Uganda dizem respeito à instabilidade política no entorno regional, bem como à persistência da baixa taxa de produtividade, relacionada ao déficit em infraestrutura e ao reduzido volume de investimentos privados no país.

A economia tem crescido nos últimos anos, devido, sobretudo, a reformas econômicas. O PIB nominal de Uganda é de US\$ 56,3 bilhões (FMI, 2023). Segundo o Laboratório do Crescimento da Universidade de Harvard, de julho de 2023, Uganda poderá ser o país de maior crescimento econômico no mundo na próxima década, com taxa média de crescimento do PIB de 7,48% até 2031.

Contudo, Uganda tem uma dívida pública de mais de US\$ 20 bilhões, o que constitui ameaça potencial à sua estabilidade econômica. Atualmente, cerca de dois terços da dívida pública total de Uganda estão vinculados a credores externos como a China, o Banco Mundial, o FMI, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia.

O setor de serviços vem ganhando espaço na economia, sendo responsável por 40% do PIB, enquanto a agricultura continua a desempenhar papel fundamental na geração de renda no país. Em 2024, de acordo com o Banco Mundial, cerca de 73,84% dos ugandeses viviam em zonas rurais, e 66% dos empregos dependiam do setor agrícola.

Conectividade regional e hidrocarbonetos. Uganda tem interesse em projetos de infraestrutura regionais, com destaque para o Oleoduto da África Oriental, viabilizado a partir da assinatura de acordo entre Uganda e Tanzânia em

abril de 2022. Projetado para ser uma das maiores estruturas de transporte de petróleo cru do mundo, com extensão de 1.445 km, o oleoduto permitirá o escoamento da produção de petróleo do oeste de Uganda ao porto de Tanga, na Tanzânia. O oleoduto está com 50% das obras concluídas (2025). Uganda espera começar a extração de petróleo em 2026.

Apesar de o governo ugandês ter privilegiado a Tanzânia em seus planos para escoamento da produção petrolífera, a parceria com o Quênia continua sendo fundamental para a logística de exportações e importações de Uganda. Essa parceria poderá aprofundar-se com o avanço do projeto ferroviário do Corredor Norte, ligando Uganda, Ruanda, Burundi, Sudão do Sul e República Democrática do Congo ao porto de Mombaça, no Quênia. A ferrovia encontra-se em construção nos trechos ugandês e queniano (2025), porém em ritmo mais lento do que esperado.

POLÍTICA EXTERNA

Museveni é crítico do neocolonialismo e defensor de uma maior cooperação entre os países africanos. Inserida nessa leitura panafricana encontra-se a política de Uganda de acolhimento a refugiados. O país acolhe um dos maiores números de refugiados entre todos os países africanos e, proporcionalmente, do mundo, cerca de 1,8 milhão (dados do ACNUR, 2024). A "diplomacia dos refugiados" é utilizada para impulsionar a imagem internacional do país e atrair apoio de doadores.

Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Em julho de 2010, foi estabelecido centro de serviços regional das Nações Unidas em Entebe, destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente. Uganda está à frente do Movimento dos Países Não Alinhados, até 2027.

Um dos temas centrais da política externa do país é o esforço pela segurança e estabilidade regionais. Uganda participa ativamente de missões regionais de manutenção da paz, especialmente por meio da União Africana. Concentra-se no combate ao terrorismo, particularmente contra grupos como o al-Shabaab e as Forças Democráticas Aliadas (ADF), considerada organização terrorista pelo governo ugandês.

Com a estabilização do cenário econômico e político em Uganda, após a

chegada ao poder de Museveni, houve melhora nas relações com países ocidentais e organismos internacionais, que se tem revertido em investimentos, doações e assistência humanitária. Tradicionalmente, os EUA, o Reino Unido e os países da União Europeia são os países que mais contribuem com doações para Uganda.

A China consolidou-se, nos últimos anos, como parceiro-chave de Uganda, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos, e se destaca nos acordos para a produção de petróleo em Uganda.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, juntamente com o Quênia e com a Tanzânia, o Protocolo para a Formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Com PIB de cerca de US\$ 193 bilhões, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até 2024, que foi postergado para 2031. A integração no âmbito da EAC é estratégica para Uganda, na medida em que o país não possui saída para o mar e depende da importação de bens de consumo.

República Democrática do Congo (RDC)

Na Primeira Guerra do Congo (1996-1997), Uganda aliou-se a Ruanda em apoio à Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (AFDL). Na Segunda Guerra do Congo (1998-2003), o governo ugandês uniu-se a Ruanda e Burundi para tentar remover Kabila da presidência.

Atualmente, as forças de Uganda apoiam as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) no combate a milícias no leste da RDC, principalmente as ADF, grupo composto por ugandeses muçulmanos ligados ao Estado Islâmico. Em 2021, o governo ugandês lançou a Operação Shujaa, enviando tropas, com o consentimento da RDC, para as províncias de Ituri e Kivu do Norte, que permanecem em atividade no país vizinho até a presente data.

No corrente ano, com a escalada do conflito com o M23, Uganda aumentou sua presença militar na RDC. Em fevereiro último, o governo ugandês declarou que havia “assumido o controle” da segurança na capital da província de Ituri, Bunia. O presidente ugandês, Yoweri Museveni, deixou claro, em fevereiro último, que os soldados ugandeses não lutariam contra o M23, mas sim contra as ADF.

SUDÃO DO SUL

Durante a Guerra Civil sul-sudanesa (2013-2018), Uganda enviou tropas em apoio ao governo de Salva Kiir. Uganda permanece aliado fundamental para conter a fragmentação dentro do governo de Kiir, enviando tropas para auxiliar as forças sul-sudanesas. A aproximação de Yoweri Museveni, presidente ugandês, é principalmente com o presidente Salva Kiir, distanciando-se de Riek Machar, vice-presidente e opositor de Salva Kiir.

Em março último, Machar acusou Uganda de violar embargos de armas ao entrar com unidades blindadas e conduzir ataques aéreos no Sudão do Sul. Em carta endereçada à ONU, à União Africana e ao bloco regional da IGAD, Machar afirmou que a intervenção militar de Uganda no Sudão do Sul violou acordo de paz de 2018.

A prisão do vice-presidente Machar em março causou o ressurgimento dos temores de uma nova guerra civil no Sudão do Sul. Em setembro último, aliados do vice-presidente (que permanece preso) admitiram formação de alianças para tentar derrubar o presidente Salva Kiir. Em abril, Museveni visitou o Sudão do Sul e enviou tropas extras para Juba, em uma tentativa de fortalecer o governo de Salva Kiir.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandês, ugandense
CAPITAL	Kampala
ÁREA	241.038 km ² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí)
POPULAÇÃO	50.02 milhões (2024 est. BM)
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês, luganda e kiswahili
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã (84,4%); islâmica (13,7%); outras (1,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (556 assentos)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 1986)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-ministra Robinah Nabbanja (desde 2021).
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Odongo Jeje Abubakhar (desde 2021)
PIB NOMINAL	US\$ 56,45 bilhões (FMI, 2024)
PIB PPP	US\$ 157,77 bilhões (FMI, 2024)
PIB PER CAPITA	US\$ 1.210,00 (FMI, 2024)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 3.680,00 (FMI, 2024)
VARIAÇÃO DO PIB	6,3% (2024); 4,8% (2023); 4,6% (2022); 3,5% (2021); 3% (2020); 6,51% (2019); 6,15% (2018); 3,90% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	(0,550); (159º entre 193 países - 2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	69.7 anos (2024 est.)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	79%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2.94% (2022 est. CIA)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandês US\$ 1 = 3491,23 UGX
EMBAIXADOR DE UGANDA	Robinah Kaburara Kakonge (figuradas em 12/08/24) - residente em Washington
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador indicado: João Alfredo dos Anjos (agrément em 31/10/25, aguarda sabatina).

BRASIL → UGANDA	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	3.9	5.2	6.7	6.7	8.5	10.1	12.6	10.4	9.72
Exportações	3.9	5.1	6.7	6.7	8.5	10.1	12.6	10.2	9.6
Importações	0	0.110	0	0	0	0	0	0.123	0.12
Saldo	3.9	4.9	6.7	6.7	8.5	10.1	12.6	10.1	9.48

DADOS ECONÔMICOS

Quadro Resumo

Julho 2025 Jan-jul 2025 **2024**



Uganda - Série Histórica

■ Exportação ■ Importação

↑ US\$ (Milhões)



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas
1984 – Visita ao Brasil do ministro de Cooperativas e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi
1992 – Visita ao Brasil do presidente Yoweri Museveni, para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, a "Rio-92"
2004 – Visita ao Brasil do presidente Yoweri Museveni, para participar da XI Conferência da UNCTAD, em São Paulo
2008 – Visita a Uganda de missão técnica integrada por especialistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA)
2009 – Missão de estudos de representantes técnicos dos governos de Uganda e Ruanda ao Brasil para intercâmbio da experiência brasileira em biocombustíveis, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
2009 – Visita ao Brasil de missão do Comitê Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda, para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento dos denunciantes de corrupção
2010 – Visita ao Brasil do presidente Yoweri Museveni, para participar do V Foro Urbano Mundial da ONU-Habitat, no Rio de Janeiro
2010 – Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye, participa do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar
2010 – Realização, em Uganda, do Seminário “Pro-Renova”, de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira
2010 – Realização de consultas políticas entre os diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty e seus homólogos ugandeses, em Campala (dezembro)
2011 – Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica
2012 – Visita ao Brasil de missão de estudos de alto nível de Uganda, visando a conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social
2012 – A ministra do Meio Ambiente de Uganda, Flavia Munaaba, chefia delegação ugandês na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

2013 – Doação, pelo Brasil, de 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465, a Uganda, destinada a campos de refugiados no país.
2014 – Presidente Museveni encontra-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana.
2015 – Visita ao Brasil do diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, embaixador Johnny Muhindo.
2017 – Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, chefia delegação ugandesa ao Brasil, a convite do setor privado, para conhecer a experiência brasileira em cultivo, colheita e processamento de café.
2018 – Visita ao Brasil de delegação parlamentar ugandesa, a convite da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO), para conhecer o marco regulatório brasileiro para organismos geneticamente modificados na agricultura.
2018 – Ministro de Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, participa de missão de ministros da agricultura de 14 países africanos ao Brasil, no âmbito de projeto trilateral de cooperação (ABC-USAID), para conhecer as tecnologias e práticas brasileiras de combate à lagarta-do-cartucho.
2018 – Visita a Uganda de pesquisadores da EMBRAPA, no âmbito da iniciativa internacional <i>Agricultural Innovation MKTPlace</i> .
2019 – Visita de delegação parlamentar ugandense ao Brasil
2023 – Visita ao Brasil do vice-ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda (MAAIF), Fred Bwino Kyakulaga (fevereiro).
2024 – Ministro de Estado Mauro Vieira participa, em Campala, da III Cúpula do Sul.
2025 – Reunião bilateral do ministro Mauro Vieira com seu homólogo General Jeje Odongo, no Rio de Janeiro, à margem da reunião de chanceleres do BRICS (abril)
2025 – Participação da vice-presidente Jessica Alupo na Cúpula do BRICS (Rio de Janeiro, 6-7/julho)